

Log-In Logística Intermodal S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2025

login.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Aos administradores e acionistas da

Log-in Logística Intermodal S.A. e Controladas

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Log-in Logística Intermodal S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer



Shape the future
with confidence

comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de navegação costeira (“receita de navegação”), receita de “container”, carga geral e serviços acessórios (“receita de terminais”) e receita de transporte rodoviário de carga

Conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e das suas controladas decorre substancialmente da receita de navegação costeira e transporte rodoviário de carga, que se referem a receita de frete no mercado interno e externo e terminais, que se refere a receita de serviços no mercado interno e externo. A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de navegação, terminais e transporte rodoviário de carga nos montantes de R\$1.916.138 mil na controladora e R\$3.081.024 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2025, considerando as condições contratuais assinadas entre a Companhia e seus clientes e de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes, conforme preconizado pelo pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente, equivalente a norma internacional IFRS 15.

O processo de reconhecimento da receita de navegação, terminais e transporte rodoviário de carga da Companhia foi considerado como um principal assunto de auditoria por, entre outros, envolver julgamento na determinação do momento de reconhecimento da receita pela prestação do serviço, considerando premissas tais como prazo de prestação do serviço, condições contratuais entre as partes e extensão do consumo do benefício dos serviços prestados, e pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a obtenção do entendimento dos procedimentos e controles implementados pela Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receita, para auxiliar na seleção e aplicação dos procedimentos de auditoria aplicáveis às circunstâncias, que incluíram a verificação da correlação entre receita, contas a receber e caixa, considerando todo o universo de lançamentos contábeis por meio do uso de ferramentas de análise de dados, com foco na identificação e investigação de registros contábeis inconsistentes às nossas expectativas elaboradas a partir de nosso conhecimento da Companhia e sua indústria; (ii) inspeção em base amostral das documentações suporte das receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025; (iii) inspeção em base amostral das notas fiscais, comprovantes de entrega e da liquidação financeira, quando aplicável, dos recebíveis reconhecidos decorrentes da prestação do serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com o objetivo de avaliar o período de competência da receita; (iv) análise da documentação suporte de medição do serviço prestado para a respectiva receita, registrada próxima da data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com objetivo de



**Shape the future
with confidence**

avaliar o período de competência da receita; e (v) revisão da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos deficiências de controles internos sobre os processos de reconhecimento de receita que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria inicial e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas do reconhecimento de receita da Companhia derivadas da receita de navegação, receita de terminais e transporte rodoviário de carga para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas



Shape the future
with confidence

contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

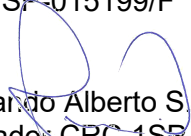
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC 1SP-133169/O

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais - R\$

login.

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ATIVOS					
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	300.109	289.792	227.638	115.415
Aplicações financeiras	5	7.303	7.411	-	-
Contas a receber de clientes	6	449.409	337.236	264.527	179.318
Estoques		72.800	71.112	57.940	59.981
Valores a receber de partes relacionadas	7	52.433	62.261	173.937	257.654
Tributos a recuperar ou compensar	8	273.547	85.338	222.802	47.836
Fundo da marinha mercante – AFRMM	9	62.941	48.402	62.941	48.402
Sinistros a recuperar		4.218	2.426	24	613
Outros ativos circulantes		104.229	86.451	16.388	12.538
Total dos ativos circulantes		1.326.989	990.429	1.026.197	721.757
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	5	32.041	31.657	-	-
Fundo da marinha mercante – AFRMM	9	30.939	95.125	30.939	95.125
Contas a receber de clientes	6	68.530	68.530	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	340.965	528.575	299.330	504.849
Depósitos judiciais		21.737	29.241	11.463	18.468
Valores a receber de partes relacionadas	7	-	-	105.250	107.118
Ativo Indenizável		210.389	216.612	-	-
Outros ativos não circulantes		148	2.996	147	105
Investimentos em sociedades controladas	11	-	-	1.308.678	1.117.623
Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil	14	347.104	244.185	109.183	96.751
Imobilizado	12	1.395.681	1.490.361	136.165	135.478
Intangível	13	116.193	115.121	28.097	26.824
Total dos ativos não circulantes		2.563.727	2.822.403	2.029.252	2.102.341
TOTAL DOS ATIVOS		3.890.716	3.812.832	3.055.449	2.824.098
PASSIVOS					
CIRCULANTES					
Salários e encargos sociais		84.113	73.854	36.900	33.574
Impostos e contribuições a recolher		87.733	95.046	41.843	48.926
Fornecedores e provisões operacionais	15	255.525	233.801	168.716	156.794
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	16	326.022	317.133	197.225	214.599
Obrigações com arrendamento mercantil	14	113.729	93.321	78.605	68.297
Valores a pagar a partes relacionadas	7	19.172	12.069	176.159	81.089
Dividendos propostos		18	51	-	-
Aquisição de participação acionária		37.325	41.887	21.656	7.090
Outros passivos circulantes		13.849	18.300	712	-
Total dos passivos circulantes		937.486	885.462	721.816	610.369
NÃO CIRCULANTES					
Aquisição de participação acionária		79.125	94.261	57.769	75.466
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	16	1.373.705	1.372.012	1.066.737	1.106.339
Obrigações com arrendamento mercantil	14	226.969	181.009	46.611	59.678
Provisões para riscos	17	87.519	257.934	1.141	1.758
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	92.610	49.699	-	-
Perda com investimento em sociedade controlada		-	-	70.100	-
Outros passivos não circulantes		3.627	3.601	1.847	1.819
Total dos passivos não circulantes		1.863.555	1.958.516	1.244.205	1.245.060
TOTAL DOS PASSIVOS		2.801.041	2.843.978	1.966.021	1.855.429
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	18				
Capital social		1.324.210	1.324.210	1.324.210	1.324.210
Reserva de capital		38.370	38.370	38.370	38.370
Ações em tesouraria		(50.922)	(50.922)	(50.922)	(50.922)
Prejuízos acumulados		(223.465)	(317.067)	(223.465)	(317.067)
Reserva de hedge de fluxo de caixa		10.785	(17.443)	10.785	(17.443)
Ajustes acumulados de conversão		(9.550)	(8.479)	(9.550)	(8.479)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.089.428	968.669	1.089.428	968.669
Participações de acionistas não controladores		247	185	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.089.675	968.854	1.089.428	968.669
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.890.716	3.812.832	3.055.449	2.824.098

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em milhares de reais - R\$

login.

	Notas	Consolidado		Controladora	
		Exercícios findos em 31 de dezembro de			
		2025	2024	2025	2024
Operações continuadas					
Receita líquida	21	3.081.024	2.795.756	1.916.138	1.614.264
Custo dos serviços prestados	22	(2.559.264)	(2.351.613)	(1.656.221)	(1.520.682)
LUCRO BRUTO		521.760	444.143	259.917	93.582
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	9	88.337	85.785	88.337	85.785
Despesas administrativas e comerciais	22	(189.217)	(188.559)	(90.385)	(74.455)
Outras receitas (despesas), líquidas	8	118.485	10.083	109.645	(27.253)
Resultado de equivalência patrimonial				53.235	116.698
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		539.365	351.452	420.749	194.357
RESULTADO FINANCEIRO	23				
Receitas financeiras		79.657	71.866	67.925	41.238
Despesas financeiras		(248.604)	(267.218)	(149.179)	(208.376)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		30.613	(73.400)	22.007	(41.091)
		(138.334)	(268.752)	(59.247)	(208.229)
		401.031	82.700	361.502	(13.872)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10				
Corrente		(87.682)	(75.736)	(23.273)	(2.298)
Diferido		(219.674)	46.739	(244.627)	69.770
		(307.356)	(28.997)	(267.900)	67.472
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		93.675	53.703	93.602	53.600
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS					
Acionistas controladores		93.602	53.600	-	-
Acionistas não controladores		73	103	-	-
RESULTADO POR AÇÃO – EM REAIS					
Básico (centavos por ação)	19	0,88	1,41	0,88	1,41
Diluído (centavos por ação)	19	0,88	1,41	0,88	1,41

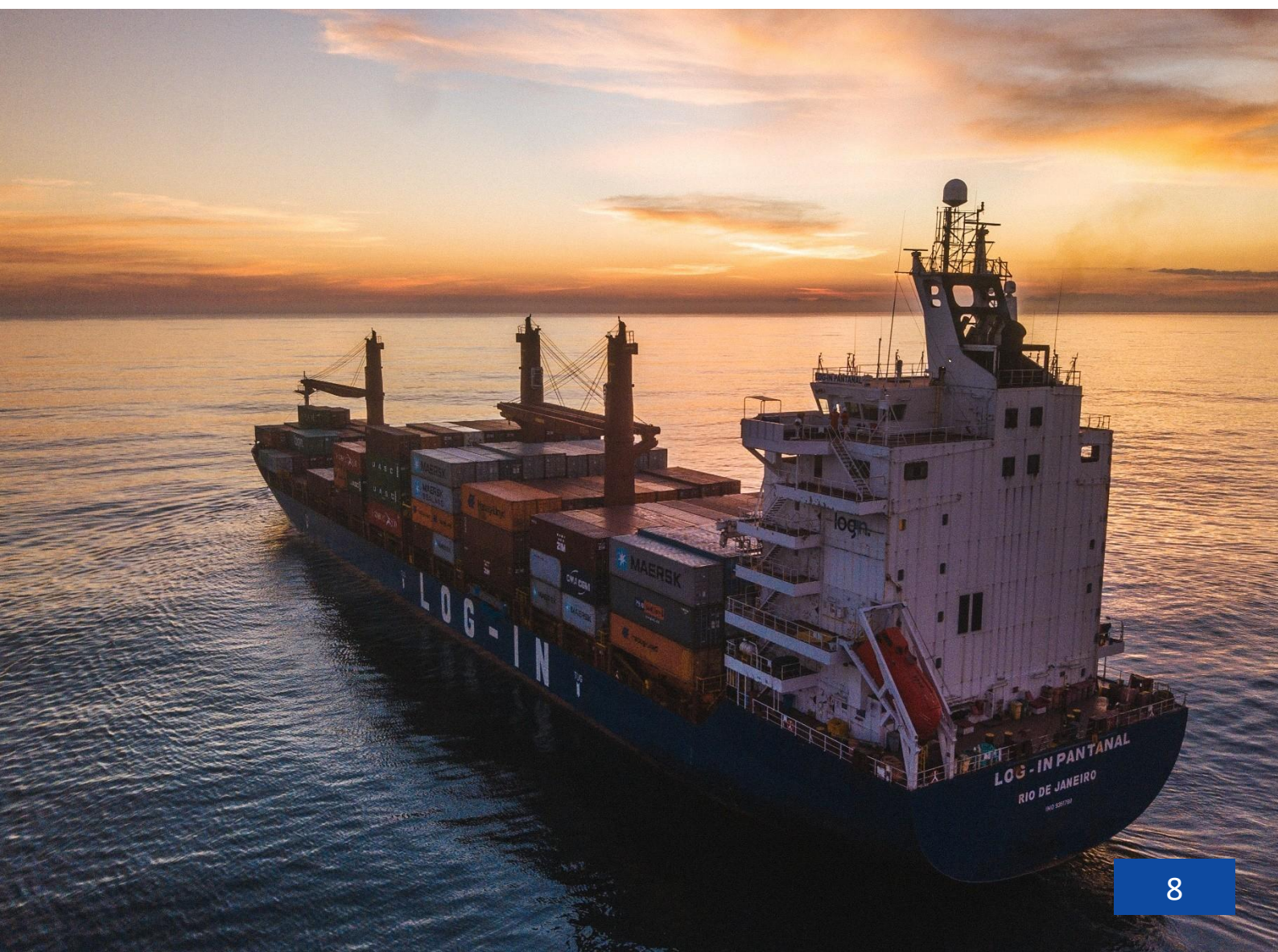
As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação

	Notas	Consolidado		Controladora	
		Exercícios findos em 31 de dezembro de			
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		93.675	53.703	93.602	53.600
Outros resultados abrangentes:					
<i>Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado</i>					
<i>Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o exercício</i>	18	17.301	(29.728)	27.562	(26.939)
SWAP – marcação a mercado IPCA	18	10.136	2.938	-	-
<i>Reciclagem</i>	18	791	(964)	666	(815)
Ajustes de conversão operações/controladas no exterior	11	(1.071)	1.660	(1.071)	1.660
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		120.832	27.609	120.759	27.506
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL ATRIBUÍDO AOS					
Acionistas controladores		120.759	27.506	-	-
Acionistas não controladores		73	103	-	-

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais – R\$



	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos (Lucros) acumulados	Reserva de hedge de fluxo de caixa	Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2024		1.322.695	37.737	(50.922)	(370.667)	10.311	(10.139)	939.015	132	939.147
Aumento de capital por subscrição de ações		1.515	-	-	-	-	-	1.515	-	1.515
Opções outorgadas (Plano de opção de ações)		-	633	-	-	-	-	633	-	633
Lucro líquido do exercício		-	-	-	53.600	-	-	53.600	103	53.703
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(50)	(50)
Constituição de reserva de hedge		-	-	-	-	(27.754)	-	(27.754)	-	(27.754)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	1.660	1.660	-	1.660
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.324.210	38.370	(50.922)	(317.067)	(17.443)	(8.479)	968.669	185	968.854
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2025		1.324.210	38.370	(50.922)	(317.067)	(17.443)	(8.479)	968.669	185	968.854
Lucro líquido do exercício		-	-	-	93.675	-	-	93.675	62	93.737
Constituição de reserva de hedge/derivativos		-	-	-	-	28.228	-	28.228	-	28.228
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(73)	-	(1.071)	(1.144)	-	(1.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.324.210	38.370	(50.922)	(223.465)	10.785	(9.550)	1.089.428	247	1.089.675

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em milhares de reais – R\$

login.

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		93.675	53.703	93.602	53.600
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	-	(53.235)	(116.700)
Depreciação e amortização	22	285.580	278.562	103.697	99.297
Imposto de renda e contribuição social	10	307.356	28.997	267.900	(67.472)
Provisão para riscos e correção monetária	17	(166.050)	(14.733)	2.660	2.079
Provisões operacionais	15	1.453	(5.192)	3.034	(7.319)
Despesa com plano de opção de ações		-	633	-	633
Constituição para perda de crédito esperada – PCE	6	167	(4.038)	167	(4.037)
Provisões de participação no resultado		34.003	26.058	17.520	19.942
Juros, encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		294.901	449.608	185.003	165.831
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	9	(88.337)	(85.785)	(88.337)	(85.785)
Receita de aplicação financeira	23	(36.936)	(49.332)	(14.115)	(24.187)
Sinistro a recuperar		(1.792)	(229)	589	(562)
Realização de mais e menos valia pela aquisição de novos negócios	11	6.223	9.503	(140.949)	14.977
Outros		2.864	(15.117)	99.329	(8.940)
Variações de ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		(102.512)	(102.510)	(15.720)	135.242
Estoques		(1.688)	(9.144)	2.041	(10.326)
Tributos a recuperar ou compensar		(188.209)	(33.451)	(174.966)	(34.137)
Fundo da Marinha Mercante - AFRMM		137.984	55.486	137.984	55.486
Outros ativos		(14.930)	(39.855)	(3.892)	4.221
Depósitos judiciais		7.504	(4.200)	7.005	(4.217)
Salários e encargos sociais		(23.744)	(22.501)	(14.194)	(19.692)
Impostos e contribuições a recolher		(39.143)	25.675	(30.356)	35.329
Fornecedores e valores a pagar a partes relacionadas		13.996	563.254	92.308	436.961
Pagamentos de provisão para riscos	17	(4.365)	(6.564)	(3.277)	(2.042)
Outros passivos		5.060	10.476	4.788	(4.038)
Caixa gerado pelas operações		523.060	1.109.304	478.586	634.144
Imposto de renda e contribuição social pagos		(55.852)	(51.861)	-	(278)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		467.208	1.057.443	478.586	633.866
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Integralização de capital e AFAC em controladas		-	-	(23.374)	(191.974)
Adições imobilizado e intangível		(69.316)	(309.514)	(21.236)	(154.019)
Aquisição de participação acionária		(29.216)	(13.411)	(7.179)	(4.641)
Aplicações financeiras e resgates, líquidas		36.660	136.441	14.115	147.931
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(61.872)	(186.484)	(37.674)	(202.703)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
	25				
Aumento de capital por subscrição de ações		-	1.515	-	1.515
Mútuos concedidos		-	-	-	(60.608)
Recebimento de mútuos concedidos		-	145	15.929	145
Emissão de debêntures e notas comerciais e captação de financiamentos		1.136.703	415.009	575.439	415.009
Amortização empréstimos e financiamentos		(1.202.079)	(1.183.111)	(697.959)	(704.546)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais		(163.300)	(144.306)	(128.298)	(113.554)
Amortização de obrigações com arrendamento mercantil		(166.343)	(106.825)	(93.800)	(71.734)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(395.019)	(1.017.573)	(328.689)	(533.773)
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa					
		10.317	(146.614)	112.223	(102.610)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		289.792	436.406	115.415	218.025
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		300.109	289.792	227.638	115.415

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em milhares de reais – R\$



	Consolidado		Controladora	
	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2025	2024	2025	2024
Geração do valor adicionado				
Receita gerada:	3.572.775	3.509.882	2.229.012	2.102.352
Receita bruta	3.484.605	3.219.837	2.140.842	1.852.887
Outras receitas	88.337	85.785	88.337	85.785
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	200.222	-	159.643
Constituição para perda de crédito esperada – PCE	(167)	4.038	(167)	4.037
Insumos aplicados na geração da receita de serviços:	(1.984.412)	(1.889.075)	(1.375.382)	(1.290.305)
Serviços contratados	(1.629.616)	(1.568.548)	(1.192.732)	(1.074.382)
Material	(111.259)	(96.439)	(30.335)	(33.185)
Óleo combustível e gases	(306.831)	(299.949)	(214.939)	(207.725)
Reversão (contribuição) de provisão para riscos	166.050	14.733	2.660	(2.079)
Outros	(102.756)	61.128	59.964	27.066
Valor adicionado bruto	1.588.363	1.620.807	853.630	812.047
Depreciação e amortização	(285.580)	(278.562)	(103.697)	(99.297)
Valor adicionado líquido	1.302.783	1.342.245	749.933	712.750
Valor adicionado recebido por transferência:	212.072	170.789	225.767	248.283
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	53.235	116.698
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais ativas	212.072	170.789	172.532	131.585
Valor adicionado total a distribuir	1.514.855	1.513.034	975.700	961.033
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:	469.328	495.375	174.976	232.916
Remuneração	356.833	395.293	135.039	194.369
Benefícios	88.018	78.260	32.134	31.354
FGTS	24.477	21.822	7.803	7.193
Impostos, taxas e contribuições:	468.009	403.359	285.388	135.059
Federal	252.903	193.575	153.478	13.726
Estadual	185.488	177.373	130.400	120.023
Municipal	29.618	32.411	1.510	1.310
Remuneração de capitais de terceiros:	483.843	560.597	421.734	539.458
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais passivas	350.407	439.541	231.779	339.814
Afretamento, locações e arrendamento	133.436	121.056	189.955	199.644
Remuneração de capitais próprios:	93.675	53.703	93.602	53.600
Lucros retidos	93.602	53.600	93.602	53.600
Participação de acionistas não controladores	73	103	-	-
Valor adicionado total distribuído	1.514.855	1.513.034	975.700	961.033

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas (“Log-In” ou “Companhia”) são prestadoras de serviços marítimos de cabotagem e longo curso (Mercosul), além de operarem em transportes rodoviários de cargas e em terminais terrestres e portuários no Brasil.

A Companhia oferece soluções integradas para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta e carga fracionada, ou seja, por meio marítimo complementado pela ponta rodoviária. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 9 (nove) navios próprios em operação, 1.401 (mil quatrocentos e um) veículos na frota própria, incluindo carretas, opera 1 (um) terminal portuário e 1 (um) terminal intermodal.

A Log-In (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem seus títulos negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código LOGN3.

A Companhia é controlada pela SAS Shipping Agencies Services Sàrl (“SAS”), empresa do Grupo MSC e titular majoritário das ações ordinárias de emissão da Log-In, excluídas as ações em tesouraria, conforme nota explicativa nº 18.

2. DESTAQUES

A seguir alguns assuntos importantes ocorridos em 2025:

▪ Tecmar e BNDES assinam contrato para financiamento do Projeto de Expansão da Frota da Tecmar e Tecmar Norte

No dia 07 de março de 2025, a subsidiária Tecmar Transportes Ltda. (“Tecmar”) assinou com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) o contrato de financiamento no montante total de R\$ 76,6 milhões (setenta e seis milhões e seiscentos mil reais), modalidade FINAME, com prazo de até 16 anos, com o objetivo de reforço do capital de giro da Tecmar, aquisição de caminhões e carretas para o transporte de contêineres, bem como recomposição do caixa da Log-In, utilizado ao longo de 2024 para antecipar investimentos voltados ao projeto de expansão da frota da Tecmar e Tecmar Norte.

O início da prestação de serviços de transporte de contêineres para a Log-In representou uma ampliação da capacidade logística da Tecmar, otimizando a sinergia dentro do grupo Log-In. A frota, equipada com tecnologia Euro 6, reduz as emissões de CO2 e oferece maior eficiência no consumo de combustível, refletindo o compromisso da Companhia com práticas sustentáveis e com os critérios ESG. Isso fortalece a posição competitiva da Tecmar, proporcionando aos clientes melhores serviços e alinhamento com um futuro mais responsável e sustentável.

▪ 5ª emissão de Debêntures

Em 25 de junho de 2025, foi realizada a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil de reais) perfazendo, o montante total de, R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) (“Debêntures”), com prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da data de emissão das Debêntures. As Debêntures serão distribuídas publicamente exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos dos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“Investidores Profissionais”), sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos artigo 25, parágrafo 1º, do artigo 26, inciso V, e do artigo 27, inciso I, da Resolução CVM 160 (“Emissão” e “Oferta”, respectivamente).

Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados para capital de giro da Companhia e para fins de gestão de passivos, alongamento de prazos, otimização de condições financeiras e/ou amortização de dívidas existentes, incluindo as notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, sob o rito automático, de 2ª (segunda) emissão da Companhia.

▪ Aquisição Imobiliária

Em 20 de outubro de 2025, a Tecmar Transportes Ltda., subsidiária integral da Log-In, celebrou o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel para adquirir um imóvel comercial localizado em Manaus de propriedade da Gradiente S.A. (“Operação”). O montante da Operação é de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), deduzidos os encargos, tributos e demais custos incidentes, os quais serão pagos após o cumprimento de todas as condições precedentes necessárias para a conclusão da Operação.

A Companhia entende que a Operação vai capturar sinergias estratégicas e necessárias para a expansão dos negócios da Tecmar na região, permitindo ampliar a oferta de serviços logísticos, incluindo transporte, armazenagem, pré-stacking de contêineres, se consolidando ainda mais como uma solução logística relevante e eficiente para indústria e varejo no pólo industrial de Manaus.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (R1), na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração e os Conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, total expectativa de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com arredondamento quando aplicável, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas do exterior que atuam em ambiente econômico estável e possuem moeda funcional distinta da Controladora (Reais), as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Para a Log-In Mercosur, controlada que atua em ambiente de economia hiperinflacionária (Argentina), os demonstrativos financeiros foram preparados pela Administração daquela investida na moeda funcional daquele país e posteriormente convertidos para a moeda de apresentação da controladora utilizando os preceitos previstos pelo CPC 42 – Contabilidade em economia hiperinflacionária (IAS 29).

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

3.4 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, elaboradas até 31 de dezembro de 2025. Outras informações sobre as controladas da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 11.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas, lucros não realizados e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações dos não controladores em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações dos não controladores, corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das controladas.

3.5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções integradas para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes, a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminal terrestre, terminal portuário e armazenagem. Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes.

O Terminal Portuário (“Terminal de Vila Velha – TVV”) além de fazer parte das soluções integradas da Companhia, passou a operacionalizar cada vez mais cargas gerais, principalmente relacionadas a novos negócios, posicionando-se cada vez mais como terminal multipropósito. A Tecmar e a Oliva Pinto foram enquadradas como transporte rodoviário de carga da Companhia. As informações foram preparadas e analisadas pelo Presidente da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho da empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. São consideradas intermodalidades dos serviços prestados os três segmentos operacionais, os quais são:

- Soluções Integradas;
- Terminal Portuário; e
- Transporte Rodoviário de Carga.

O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional, com exceção dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

- Informações sobre resultado por segmento

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31 de dezembro de 2025					31 de dezembro de 2024				
	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
<i>Operações continuadas</i>										
Receita líquida	2.345.199	396.141	581.713	(242.029)	3.081.024	2.034.005	437.008	578.153	(253.410)	2.795.756
Custo dos serviços prestados	(1.950.362)	(245.857)	(605.074)	242.029	(2.559.264)	(1.793.218)	(227.167)	(584.638)	253.410	(2.351.613)
LUCRO BRUTO	394.837	150.284	(23.361)	-	521.760	240.787	209.841	(6.485)	-	444.143
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	88.337	-	-	-	88.337	85.785	-	-	-	85.785
Despesas administrativas e comerciais	(115.309)	(35.048)	(38.860)	-	(189.217)	(97.617)	(33.321)	(57.621)	-	(188.559)
Outras receitas (despesas), líquidas	109.978	1.430	7.077	-	118.485	154	1.552	8.377	-	10.083
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	477.843	116.666	(55.144)	-	539.365	229.109	178.072	(55.729)	-	351.452
RESULTADO FINANCEIRO										
Receitas financeiras	73.454	17.330	4.532	(15.659)	79.657	80.809	15.553	5.113	(29.609)	71.866
Despesas financeiras	(157.300)	(52.565)	(54.398)	15.659	(248.604)	(219.450)	(39.439)	(37.938)	29.609	(267.218)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	30.354	266	(7)	-	30.613	(73.975)	575	-	-	(73.400)
	(53.492)	(34.969)	(49.873)	-	(138.334)	(212.616)	(23.311)	(32.825)	-	(268.752)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	424.351	81.697	(105.017)	-	401.031	16.493	154.761	(88.554)	-	82.700
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL										
Corrente	(60.425)	(20.887)	(6.370)	-	(87.682)	(45.509)	(27.700)	(2.527)	-	(75.736)
Diferido	(234.995)	14.211	1.110	-	(219.674)	65.835	(21.278)	2.182	-	46.739
	(295.420)	(6.676)	(5.260)	-	(307.356)	20.326	(48.978)	(345)	-	(28.997)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)	128.931	75.021	(110.277)	-	93.675	36.819	105.783	(88.899)	-	53.703

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

RECEITA DE FRETES E DE SERVIÇOS

	31 de dezembro de 2025					31 de dezembro de 2024				
	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Receita de fretes	2.395.087	21.184	701.436	(225.074)	2.892.633	2.134.562	15.276	699.744	(241.564)	2.608.018
Receita de serviços	191.727	417.200	-	(16.955)	591.972	152.830	470.835	-	(11.846)	611.819
Receita bruta	2.586.814	438.384	701.436	(242.029)	3.484.605	2.287.392	486.111	699.744	(253.410)	3.219.837
Tributos sobre as receitas	(241.614)	(42.244)	(119.723)	-	(403.581)	(253.387)	(49.103)	(121.591)	-	(424.081)
Receita líquida	2.345.200	396.140	581.713	(242.029)	3.081.024	2.034.005	437.008	578.153	(253.410)	2.795.756

NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31 de dezembro de 2025					31 de dezembro de 2024				
	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	(304.255)	(82.646)	(143.973)	-	(530.874)	(270.472)	(71.631)	(131.899)	-	(474.002)
Material	(54.232)	(10.814)	(39.832)	-	(104.878)	(53.125)	(11.147)	(28.841)	-	(93.113)
Óleo combustível e gases	(234.170)	(7.167)	(52.493)	-	(293.830)	(236.833)	(7.871)	(55.087)	-	(299.791)
Afretamento, locações e arrendamento	(208.244)	(22.642)	(7.588)	125.999	(112.475)	(215.818)	(22.345)	(6.718)	133.770	(111.111)
Serviços contratados	(1.152.705)	(117.055)	(356.743)	116.030	(1.510.473)	(916.701)	(114.238)	(369.318)	119.640	(1.280.617)
Depreciação e amortização	(181.895)	(33.859)	(38.704)	(31.186)	(285.644)	(180.853)	(28.045)	(42.776)	(26.888)	(278.562)
Outros	69.830	(6.722)	(4.601)	31.186	89.693	(17.034)	(5.211)	(7.620)	26.888	(2.976)
	(2.065.671)	(280.905)	(643.934)	242.029	(2.748.481)	(1.890.836)	(260.488)	(642.259)	253.410	(2.540.172)

■ Informações sobre área geográfica

ATIVO NÃO CIRCULANTE

	31 de dezembro de 2025				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	2.331.682	540.548	278.216	(1.185.160)	1.965.286
Áustria	597.835	-	-	-	597.835
Outros países*	606	-	-	-	606
Ativo não circulante total	2.930.123	540.548	278.216	(1.185.160)	2.563.727

*Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	31 de dezembro de 2024				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	2.399.757	446.191	285.738	(952.739)	2.178.947
Áustria	643.369	-	-	-	643.369
Outros países	87	-	-	-	87
Ativo não circulante total	3.043.213	446.191	285.738	(952.739)	2.822.403

PASSIVO

Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	31 de dezembro de 2025			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Consolidado
Brasil	1.336.239	190.756	172.732	1.699.727
Total	1.336.239	190.756	172.732	1.699.727
Passivo circulante	212.713	25.299	88.010	326.022
Passivo não circulante	1.123.526	165.457	84.722	1.373.705

Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	31 de dezembro de 2024			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Consolidado
Brasil	1.414.189	205.150	69.806	1.689.145
Total	1.414.189	205.150	69.806	1.689.145
Passivo circulante	231.067	24.219	61.847	317.133
Passivo não circulante	1.183.122	180.931	7.959	1.372.012

RECEITA BRUTA E LÍQUIDA

	31 de dezembro de 2025					31 de dezembro de 2024				
	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	1.798.414	228.451	701.435	(188.789)	2.539.511	1.829.431	333.018	699.743	(162.271)	2.699.921
Argentina	103.698	-	-	(2.556)	101.142	76.552	-	-	(9.423)	67.129
Suíça	451.044	86.891	-	-	537.935	162.966	67.321	-	-	230.287
Áustria	50.682	-	-	(50.682)	-	89.096	-	-	(81.716)	7.380
Dinamarca	49.413	35.326	-	-	84.739	24.796	25.764	-	-	50.560
Alemanha	4.684	64	-	-	4.748	18.632	369	-	-	19.001
França	93.104	26.276	-	-	119.380	53.081	13.345	-	-	66.426
Israel	4.793	1.976	-	-	6.769	6.525	1.305	-	-	7.830
China	6.933	49.322	-	-	56.255	14.577	37.384	-	-	51.961
Itália	275	7.663	-	-	7.938	-	4.016	-	-	4.016
Outros (*)	23.773	2.415	-	-	26.188	11.737	3.589	-	-	15.326
Receita bruta	2.586.813	438.384	701.435	(242.027)	3.484.605	2.287.393	486.111	699.743	(253.410)	3.219.837
Tributos sobre receita	(241.614)	(42.244)	(119.723)	-	(403.581)	(253.387)	(49.103)	(121.590)	-	(424.081)
Receita líquida	2.345.199	396.140	581.712	(242.027)	3.081.024	2.034.006	437.008	578.153	(253.410)	2.795.756

(*) Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

3.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ("DFC")

A Companhia e suas controladas classificam nas demonstrações dos fluxos de caixa os juros pagos e os mútuos obtidos como atividade de financiamento, os mútuos concedidos como atividade de investimento e os dividendos recebidos como atividade operacional. Sendo assim, a Companhia entende que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros, os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais, os mútuos obtidos são úteis para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa, bem como para gerir sua capacidade financeira, utilizando recursos externos com objetivo de financiar as atividades operacionais e de financiamento e os mútuos concedidos representam aumento e/ou diminuição dos ativos de longo prazo (não circulantes) que a Companhia utiliza para produzir bens e serviços.

3.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Companhia e suas controladas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

3.8 INFORMAÇÕES MATERIAIS DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações materiais das políticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas. Essas práticas contábeis são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores apresentadas para fins de comparação.

a) IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente

A partir de 1º de janeiro de 2025, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações à IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- Alterações à IAS 7 (CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e períodos comparativos.

b) IFRS/CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

- Emissão da IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras;
- Emissão da IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- Alterações à CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- Alterações à CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
- Alterações à CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – *International Accounting Standards Board* não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa até o momento. Adicionalmente, a Administração não espera que a adoção dessas normas venha a gerar efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras no exercício de 2026.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas e consideram a não existência de mudanças para as demonstrações financeiras comparativas:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Notas explicativas
Mensuração das perdas de crédito esperadas ("PCE") em contas a receber	6
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	10
Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	10
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	12
Premissas para identificação de indicativos de perda e testes de recuperabilidade de ativos imobilizados e intangíveis	12 e 13
Taxa de desconto incremental utilizada para mensurar as transações com arrendamentos	14
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	17
Receitas altamente prováveis sujeitas à relação de Hedge Accounting	18

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa, mensurados a valor justo por meio do resultado, compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras são inicialmente mensuradas a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações:

- Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada através do método de juros efetivos;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: títulos nos quais a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

- Valor justo por meio do resultado: todos os demais títulos e valores mobiliários.

Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos	31.523	36.928	17.778	23.162
Aplicações financeiras	268.586	252.864	209.860	92.253
	300.109	289.792	227.638	115.415

As aplicações financeiras do consolidado referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 100,95% do CDI (100,12% em 31 de dezembro de 2024).

As aplicações financeiras da controladora referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 100,74% do CDI (102,19% em 31 de dezembro de 2024).

Composição das aplicações financeiras

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Custo amortizado	7.303	8.037
Valor justo por meio do resultado	32.041	31.031
	39.344	39.068
Circulante	7.303	7.411
Não circulante	32.041	31.657

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em fundos, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 100,67% do CDI (89,21% em 31 de dezembro de 2024).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

Contas a receber de clientes representam os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia e suas controladas. É reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da não concretização do efetivo pagamento pelos seus clientes. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. Ao mensurar as Perdas de Crédito Esperadas (“PCE”) a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam em premissas econômicas e como essas irão afetar potenciais riscos de perda por inadimplência em suas operações.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE, sendo uma estimativa da inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

A Companhia e suas controladas constituíram perda (PCE) para todas as contas a receber em que experiência histórica indicou que esses títulos em geral não são recuperáveis.

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Contas a receber de clientes	528.467	407.350	275.055	180.902
Perdas de crédito esperadas	(10.528)	(1.584)	(10.528)	(1.584)
	517.939	405.766	264.527	179.318
Circulante	449.409	337.236	264.527	179.318
Não Circulante (a)	68.530	68.530	-	-

(a) Esse reconhecimento está relacionado ao processo judicial no Terminal de Vila Velha em que a União foi condenada a pagar as tarifas de armazenagem das mercadorias apreendidas pela Receita Federal, com juros e correção monetária, conforme sentença transitada em julgado. O montante a ser pago à Companhia será liquidado em aproximadamente três anos, com expectativa de pagamento até 2027. A venda do crédito por meio de precatório não se mostra viável economicamente para companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, uma vez que o montante permanecerá sujeito à correção monetária até o efetivo pagamento, e o fluxo de caixa da Companhia não contempla esse recebimento, caracterizando-o como um valor extraordinário, sem impacto direto na operação regular e necessidade de liquidez da Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
“Aging list” do contas a receber de clientes de curto prazo				
Valores a vencer	274.425	191.457	181.479	119.040
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	58.216	55.432	30.002	23.469
De 31 a 90 dias	46.661	34.434	28.940	15.311
De 91 a 180 dias	28.634	20.184	14.652	9.548
De 181 a 360 dias	26.781	23.575	10.187	11.166
Acima de 360 dias	25.220	13.738	9.795	2.368
	459.937	338.820	275.055	180.902

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Movimentação das perdas de crédito esperadas				
Saldos iniciais	(1.584)	(5.636)	(1.584)	(5.621)
Adições e Reversões	(167)	(4.038)	(167)	(4.037)
Baixas em contas a receber	(8.777)	8.090	(8.777)	8.074
Saldos finais	(10.528)	(1.584)	(10.528)	(1.584)

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

▪ Composição

As principais transações da Companhia com partes relacionadas consistem em prestação de serviços, realizadas em condições normais de mercado. Os preços praticados são determinados com base em critérios de mercado, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11, que apresenta informações sobre as empresas controladas envolvidas.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Consolidado				Controladora			
	31.12.2025		31.12.2024		31.12.2025		31.12.2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Velha S.A. - TVV (a)	-	-	-	-	44.902	30.851	62.558	13.274
Log-In Mercosur S.R.L (b)	-	-	-	-	2.351	1.752	9.807	2.163
Log-In International GmbH (c)	-	-	-	-	1	31.030	-	16.592
Log-In Uruguay (d)	-	-	-	-	462	1.318	471	1.804
Log-In Navegação Ltda (e)	-	-	-	-	45.667	12.618	18.731	2.010
Log-In Marítima Cabotagem Ltda (f)	-	-	-	-	1.743	73.398	75.778	31.782
Tecmar Transportes (g)	-	-	-	-	140.796	3.625	145.773	2.501
Oliva Pinto (h)	-	-	-	-	1.035	3.022	111	2.518
MSC Mediterranean Shipping Company S.A (i)	46.146	7.994	60.525	4.125	35.418	8.067	50.493	2.760
MSC Mediterranean Logística Ltda (i)	1.587	997	554	1.472	944	913	554	1.298
MSC Multi-Rio Operações Portuárias S.A (i)	778	5	427	48	21	5	119	48
Portonave (Grupo MSC) (i)	-	3.832	-	2.738	-	3.832	-	2.738
MSC Mediterranean Shipping do Brasil LTDA (i)	3.284	456	-	3.430	5.209	339	-	1.345
Uniter Administração de Bens Ltda (i)	-	28	-	23	-	-	-	23
MSC Global Supplies Srl (i)	-	-	755	-	-	-	377	-
Brasil Terminal Portuário S.A. (i)	-	2	-	36	-	2	-	36
Medlog Paraguay Sociedad Anonima (i)	-	46	-	197	-	46	-	197
Medlog Argentina S.A(i)	-	91	-	-	-	91	-	-
Tecon - Rio Grande S/A(j)	5	907	-	-	5	907	-	-
Tecon - Salvador S/A(j)	594	2.653	-	-	594	2.653	-	-
Wilson Sons Serviços Marítimos Ltda.(j)	-	2.159	-	-	-	1.688	-	-
Wilson Sons Terminais e Logística Ltda.(j)	11	2	-	-	11	2	-	-
Allink Transportes Internacionais LTDA.(j)	28	-	-	-	28	-	-	-
	52.433	19.172	62.261	12.069	279.187	176.159	364.772	81.089
Circulante	52.433	19.172	62.261	12.069	173.937	176.159	257.654	81.089
Não circulante	-	-	-	-	105.250	-	107.118	-

Os saldos ativos com partes relacionadas se referem, principalmente, às seguintes transações:

- Dividendos a receber no montante de R\$18.734, compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$22.326 e reembolso de despesas no valor de R\$3.842.
- Reembolso de despesas no montante de R\$414, serviços de frete e limpeza de contêiner no valor de R\$1.937.
- Não há valor significativo.
- Reembolso de despesas administrativas.
- Compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$10.354, reembolso de compra de bunker no valor de R\$18.881 e reembolso de despesas operacionais no valor de R\$16.432.
- Compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$795 e reembolso de despesas operacionais no valor de R\$948.
- Mútuos a receber junto a Tecmar Transportes no montante de R\$105.250 decorrentes de prestação de serviços, e serviços de frete no valor R\$35.546, transações essas com a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- Reembolso de despesas administrativas.
- Valores a receber junto ao Grupo MSC decorrentes de prestação de serviços.
- Valores a receber junto ao Grupo Wilson Sons decorrentes de prestação de serviços.

Os saldos passivos com partes relacionadas se referem, basicamente, às seguintes transações:

- Valores a pagar no montante de R\$30.851 referente a serviços portuários e movimentação de carga e descarga de contêineres.
- Serviços de operações portuárias no valor de R\$1.752.
- Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, no montante de R\$31.030.
- Dividendos a pagar de R\$1.318, correspondente a US\$240, junto a Log-In Uruguay.
- Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, no montante de R\$12.618.
- Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, no montante de R\$73.398.
- Valores a pagar referentes a serviços de transporte rodoviário com a controlada, no montante de R\$3.625.
- Valores a pagar referentes a serviços de transporte rodoviário com a controlada, no montante de R\$3.022.
- Valores a pagar a empresas do grupo MSC referente a serviços contratados de apoio aos modais portuário e rodoviário.
- Valores a pagar a empresas do grupo Wilson Sons referente serviços contratados de apoio aos modais portuário e rodoviário.

As transações da Companhia com partes relacionadas registradas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 totalizam os montantes a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Consolidado				Controladora			
	2025		2024		2025		2024	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Terminal de Vila Velha S.A. - TVV	-	-	-	-	317	(16.955)	26	(11.197)
Log-In Mercosur S.R.L	-	-	-	-	679	(2.556)	952	(9.423)
Log-In International GmbH	-	-	-	-	-	(19.960)	3.888	(76.019)
Log-In Navegação Ltda	-	-	-	-	-	(37.275)	-	(16.723)
Log-In Marítima Cabotagem Ltda	-	-	-	-	-	(37.793)	-	(30.507)
MSC Mediterranean Logística Ltda	57	(18.006)	489	(14.358)	55	(14.206)	489	(11.957)
MSC Mediterranean Shipping Company S.A.	533.781	(4.404)	308.382	(8.346)	375.481	(4.404)	163.860	(8.345)
MSC Mediterranean Shipping do Brasil LTDA	1.262	(15.590)	14.678	(12.012)	-	(14.753)	17	(10.942)
MSC Multi-Rio Operações Portuárias S.A	3.554	(492)	7.098	-	-	(492)	347	-
Tecmar Transportes	-	-	-	-	36.798	(43.808)	24.913	(49.303)
Brasil Terminal Portuário S.A.	-	(475)	-	(70)	-	(475)	-	(70)
Portonave (Grupo MSC)	-	(43.371)	-	(36.474)	-	(43.371)	-	(36.474)
Medlog Paraguay Sociedad Anonima	-	(72)	-	-	-	(72)	-	-
Medlog Argentina S.A	-	(1.568)	-	(383)	-	(1.568)	-	(383)
Uniter Administração de Bens Ltda	-	(247)	-	(277)	-	(247)	-	(277)
MSC Global Supplies Srl	-	(703)	-	-	-	(351)	-	-
Mediterranean Shipping Company España S.L.U.	-	-	-	(166)	-	-	-	(166)
Oliva Pinto	-	-	-	-	940	(28.580)	99	(25.846)
Wilson Sons Serviços Marítimos Ltda.	-	(14.563)	-	-	-	(11.357)	-	-
Wilson Sons Terminais e Logística Ltda.	4	(1.244)	-	-	4	(1.244)	-	-
Tecon - Rio Grande S/A	-	(10.216)	-	-	-	(10.172)	-	-
Tecon - Salvador S/A	482	(23.473)	-	-	482	(23.473)	-	-
Allink Transportes Internacionais LTDA.	140	-	-	-	140	-	-	-
	539.280	(134.424)	330.647	(72.086)	414.896	(313.112)	194.591	(287.632)

	Consolidado				Controladora			
	2025		2024		2025		2024	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes e serviços	539.280	(134.424)	330.647	(72.086)	399.835	(313.112)	182.827	(270.876)
Receitas Financeiras	-	-	-	-	15.061	-	11.764	-
Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	(16.756)
	539.280	(134.242)	330.647	(72.086)	414.896	(313.112)	194.591	(287.632)

O saldo de mútuo a receber com a controlada Tecmar Transportes Ltda. teve a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Saldos em 31.12.2024	Mútuos concedidos	Encargos financeiros	Recebimentos de mútuos	Saldos em 31.12.2025
Mútuos com controladas	107.118	-	14.061	(15.929)	105.250

A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo benefícios de curto e longo prazos, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Remuneração e bônus	23.452	20.840	23.452	20.840
Plano de opção de ações	-	633	-	633
	23.452	21.473	23.452	21.473

A Companhia firmou contrato para arrendamento de contêineres e imóvel com o Grupo MSC. Os valores estão apresentados na nota explicativa nº 14, na rubrica “Composição das obrigações com arrendamento mercantil”, no grupo “Equipamentos de contêineres” e “Imóveis de Escritório”, no montante total de R\$99.517 e R\$26.143 respectivamente, sendo o valor a seguir referente a partes relacionadas:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
MSC Mediterranean Shipping Company S.A	57.415	36.530	57.415	36.530
Uniter Administração de Bens Ltda.	553	659	553	659
	57.968	37.189	57.968	37.189

8. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Imposto e renda e contribuição social	28.947	27.154	7.067	7.112
PIS e COFINS (a)	240.518	55.665	214.368	38.898
Outros	4.082	2.519	1.367	1.826
	273.547	85.338	222.802	47.836
Circulante	273.547	85.338	222.802	47.836

(a) Do montante total de R\$ 240.518, R\$ 159.297 foram reconhecidos em 2025, sendo R\$ 122.888 registrados no grupo "Outras receitas (despesas), líquidas" e R\$ 36.404 no grupo "Receitas financeiras". Esse valor refere-se a crédito fiscal decorrente de ação judicial relacionada à Zona Franca de Manaus, já transitada em julgado, para o qual a Companhia espera realizar compensação com saldos de impostos a pagar, de mesma natureza, a serem gerados em 2026.

Isenção de PIS/COFINS nas receitas de transporte com destino à Zona Franca de Manaus (ZFM)

A Companhia ajuizou, em 23 de novembro de 2023, o Mandado de Segurança nº 5133914-03.2023.4.02.5101, perante a 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com o objetivo de assegurar o direito à isenção das contribuições ao PIS e à COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte com destino à Zona Franca de Manaus (ZFM), com fundamento no art. 4º da Lei nº 10.996/2004.

Em 5 de fevereiro de 2024, foi proferida sentença favorável à Companhia, reconhecendo o direito à isenção nas operações realizadas com destino à ZFM, bem como à compensação dos valores indevidamente recolhidos nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, devidamente atualizados pela taxa SELIC. A União interpôs apelação, mas o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), em decisão de 21 de maio de 2024, manteve integralmente o entendimento favorável à Companhia.

Em 21 de agosto de 2025, transitou em julgado a decisão que reconheceu a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte de mercadorias com destino à Zona Franca de Manaus (ZFM), assegurando à Companhia o direito à restituição ou compensação dos valores indevidamente recolhidos a esse título. Os valores correspondentes ao crédito reconhecido, em razão do êxito da tese, estão sendo apurados com base nos recolhimentos realizados no período abrangido pela decisão judicial.

9. ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE – “AFRMM”

▪ Política contábil

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações trazidas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM passou a ser de responsabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB).

O AFRMM destina-se a atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval brasileira e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A Companhia aufer 8% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes, cujos montantes podem apenas ser utilizados na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante – FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia. Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica.

As subvenções para investimento não estão sujeitas à tributação, devendo ser registradas como reservas de lucros até o limite do lucro líquido do exercício, conforme nota explicativa nº 18. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação vigente a essa subvenção para investimentos.

▪ Composição

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024
Balço patrimonial – Ativos:		
AFRMM a aplicar (estimativa de liberaço em 12 meses)	62.941	48.402
AFRMM a aplicar(a)	30.939	95.125
	93.880	143.527
Circulante	62.941	48.402
Não circulante	30.939	95.125
(a) O AFRMM a aplicar está reconhecido no ativo não circulante devido a previsibilidade de recebimento dos recursos, junto ao órgão administrador da subvenço, ser maior do que o ciclo operacional praticado pela Companhia.		

Segue a movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	143.527	113.228
Adições/receita	88.337	85.785
Transferência para conta corrente	(138.488)	(55.996)
Outros	504	510
Saldo final	93.880	143.527

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

▪ Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e mensurados pelas alíquotas estimadas para o período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos e créditos fiscais sejam utilizáveis, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro, base do registro contábil do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2025, baseia-se em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esse processo de análise técnica e aprovação é efetuado anualmente pela Companhia.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados preparados pela Administração. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável futuro projetado, baseado no planejamento de movimentação de contêineres e cargas, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos tais como taxas de câmbio, taxas de inflação e juros; e (iii) aspectos comerciais e tributários, esses quando alterados.

Além disso, a Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas. A Log-In e suas controladas estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão de diferenças na interpretação das leis e regulamentos tributários aplicáveis.

▪ **Reconciliação do Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL)**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro(prejuízo) antes dos impostos	401.031	82.700	361.502	(13.872)
Crédito (despesas) IRPJ e CSLL à alíquota efetiva (34%)	(136.351)	(28.118)	(122.911)	4.716
Ajustes:				
Receitas subvenções fiscais (AFRMM aplicado)	30.035	29.167	30.035	29.167
Efeitos de Arrendamento Mercantil - CPC 06(R2)	-	13.320	-	14.991
Créditos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos	(199.109)	(44.660)	(193.124)	(21.814)
Resultado de equivalência	-	-	18.100	39.677
Outros	(1.931)	1.294	-	735
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(307.356)	(28.997)	(267.900)	67.472
Corrente	(87.682)	(75.736)	(23.273)	(2.298)
Diferido	(219.674)	46.739	(244.627)	69.770

▪ **Composição tributos diferidos**

Impostos diferidos	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Balanco patrimonial - ativo (líquido):				
Prejuízos fiscais e bases negativas	194.968	348.108	167.093	345.121
Diferenças temporárias (a)	145.997	180.467	132.237	159.728
	340.965	528.575	299.330	504.849
Balanco patrimonial - passivo (líquido):				
Diferenças temporárias (b)	92.610	49.699	-	-
	92.610	49.699	-	-

(a) Diferenças temporárias ativas relacionadas, basicamente, às provisões operacionais e administrativas, arrendamento mercantil, provisões para riscos e variação cambial tributadas pelo regime de caixa.

(b) Diferenças temporárias passivas relacionadas, basicamente à depreciação acelerada de embarcação nas empresas de navegação e às mais e menos valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos na transação de combinação de negócios Tecmar.

A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos ativos, atualizados pelas diferenças temporais ocorridas até 31 de dezembro de 2025, conforme estudo aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ano	Consolidado 31.12.2025	Controladora 31.12.2025
2026	19.405	-
2027	7.151	-
2028	13.389	-
2029	5.731	4.041
2030	13.483	13.483
2031-2033	102.880	102.880
2034-2035	118.112	118.112
	280.151	238.516

As principais premissas do Estudo Técnico (Plano de Negócios) preparadas pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança consideram uma operação com uma frota de nove embarcações próprias, trazidas no direito de tonelagem, aliadas às estratégias de crescimento de capacidade no médio prazo.

As bases e os impostos apresentados a seguir representam os créditos tributários não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025, em função da ausência de perspectiva de realização desses montantes no estudo técnico aprovado.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
IRPJ	1.770.216	440.694	1.317.274	329.319
CSLL	1.680.689	151.262	1.413.773	127.240
Total		591.956		456.559

As mudanças no CPC 32 (IAS 12) foram feitas para adequação às regras do Pilar Dois da OCDE, que impõem uma tributação mínima global para grandes empresas. A norma exige que grupos econômicos com receita acima de € 750 milhões avaliem sua alíquota efetiva em cada país onde atuam. Caso essa alíquota seja inferior a 15%, será necessário pagar um tributo complementar.

No Brasil, a regra foi implementada pela Lei nº 15.079/2024, com vigência a partir de 2025. Após avaliação, concluiu-se que não houve impactos relevantes para a Companhia, razão pela qual não há efeitos a serem refletidos nas demonstrações financeiras.

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

Política contábil

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. Para fins de mensuração do resultado de equivalência patrimonial, a Log-In e suas controladas utilizam a mesma data base.

Composição

Entidades	Atividade principal	Quantidade de quotas/ações (em un.)	% de participação
Log-In International GmbH (a)	Logística	1	100,00
Log-In Mercosur S.R.L. (b)	Apoio portuário	567.819	94,00 ¹
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (c)	Apoio portuário	100.000	100,00
Log-In Navegação Ltda. (d)	Feeder	101.394.963	99,99 ²
Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (e)	Cabotagem	166.511.443	99,99 ²
Terminal de Vila Velha S.A. (f)	Portuária e armazenagem	9.766.706	99,90
Tecmar Transportes Ltda. (g)	Transporte rodoviário	142.349.584	100,00
Oliva Pinto Logística Ltda. (h)	Transporte rodoviário	12.648.737	100,00 ³

1) 6% são detidos pela Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.

2) 0,001% detidos pelo TVV.

3) 100% adquiridos pela controlada Tecmar Transportes Ltda.

a) Log-In International GmbH (“GmbH”)

Empresa sediada na Áustria, com atuação no país ou no exterior e propósito de administrar, adquirir, vender ou alugar propriedade real e pessoal em todo o mundo, no campo da logística e especificamente em relação com as empresas do grupo Log-In.

b) Log-In Mercosur S.R.L. (“Log-In Mercosur”)

Sociedade sediada na Argentina, com atuação na prestação de serviços de administração e logística, com assessoramento especializado no transporte, distribuição de materiais e equipamentos, por vias aérea, terrestre, marítima ou fluvial; no país ou exterior, além de armazenagem e despacho aduaneiro.

c) Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (“Log-In Uruguay”)

Companhia sediada no Uruguai, com atuação no país ou no exterior, cujo objeto consiste em participar de outras sociedades, assim como realizar e administrar todo tipo de atividades de investimentos em títulos e valores mobiliários, além de compra, venda, aluguel, administração, construção e operações com bens imóveis, exceto bens rurais.

d) Log-In Navegação Ltda. (“Log-NAV”)

Sociedade sediada no Brasil cujo objeto consiste em explorar, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem de longo curso e fluvial, assim como agenciar e armar embarcações, promover a representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou assessorias, inerentes às suas atividades.

e) Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (“Log-MAR”)

Empresa sediada no Brasil, com atuação na exploração de embarcações próprias ou de terceiros, no comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem, de longo curso e fluvial, no agenciamento e armação de embarcações, na representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, operações de transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou assessorias, inerentes às suas atividades.

f) Terminal de Vila Velha S.A. ("TVV")

Companhia sediada no Brasil, que atua como operador portuário na exploração comercial dos berços 203 e 204 do cais de Capuaba, no Porto Organizado de Vitória, Espírito Santo e de suas instalações portuárias complementares e equipamentos destinados a movimentação de contêineres e carga geral, além da operação de transporte multimodal.

Adicionalmente, no dia 24 de fevereiro 2025, a subsidiária TVV celebrou um contrato para a exploração de instalação portuária localizada em retroárea do Porto Organizado de Vitória/ES, pelo prazo de 6 (seis) anos, junto à autoridade portuária Vports Autoridade Portuária S.A. Este investimento estratégico visa atender à crescente demanda do mercado de importação e exportação de cargas, incluindo contêineres, granito, produtos siderúrgicos e fertilizantes. Além disso, a nova instalação permitirá melhorias significativas no nível de serviço e na eficiência operacional.

g) Tecmar Transportes Ltda. ("Tecmar")

Empresa sediada no Brasil, que atua no transporte rodoviário nacional e municipal de cargas e encomendas, armazém geral, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie. Opera também na organização logística de distribuição em nome próprio, de terceiros, consignatários ou expedidor além de atuar como operador logístico, administração e controle de estoque.

h) Oliva Pinto Logística Ltda. ("OP Logística")

Empresa sediada no Brasil, que atua principalmente no transporte rodoviário de carga intermunicipal e interestadual, exceto produtos perigosos e mudanças.

▪ Principais saldos das sociedades controladas

	31.12.2025				31.12.2024			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Log-In Internacional GmbH	670.643	4.300	666.343	4.252	670.728	8.640	662.088	46.927
Log-In Mercosur S.R.L.	15.484	7.635	7.849	7.433	15.123	14.616	507	10.386
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	2.291	701	1.590	878	2.396	695	1.701	1.452
Log-In Navegação Ltda.	184.849	157.859	26.990	2.933	153.184	133.074	20.110	(29.189)
Log-In Marítima Cabotagem Ltda.	284.921	79.082	205.839	73.515	298.251	125.928	172.323	70.964
Terminal de Vila Velha S.A.	736.959	483.189	253.770	75.020	638.952	448.645	190.307	105.783
Tecmar Transportes Ltda.	386.356	456.450	(70.094)	(110.278)	379.739	362.933	16.806	(88.899)
Oliva Pinto Logística Ltda.(a)	85.159	46.516	38.643	11.864	73.144	46.365	26.779	4.500

(a) Empresa avaliada pelo método de equivalência patrimonial na controlada Tecmar e controlada indireta da Log-In.

▪ Movimentação dos investimentos em sociedades controladoras

	Log-In GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay	Log-Mar	TVV	Log-Nav	Tecmar	Total
Saldos em 31.12.2023	218.292	(6.556)	892	170.749	135.455	54.592	111.120	684.544
Equivalência patrimonial	46.932	9.761	1.451	70.964	105.678	(29.189)	(88.897)	116.700
Efeito inflacionário	-	(5.346)	-	-	-	-	-	(5.346)
Dividendos e JCP propostos	-	-	-	(69.389)	(53.814)	-	-	(123.203)
Aumento de capital social	396.861	-	-	-	-	-	58.334	455.195
Reserva de hedge accounting	-	-	-	-	-	(5.293)	-	(5.293)
Mais-valia de imobilizado	-	-	-	-	-	-	(21.218)	(21.218)
Mais-valia de não competição	-	-	-	-	-	-	(232)	(232)
Amortização de mais-valia de imobilizado	-	-	-	-	-	-	(5.503)	(5.503)
Menos-valia de contingências	-	-	-	-	-	-	11.976	11.976
Tributos diferidos sobre mais/menos valia	-	-	-	-	-	-	5.092	5.092
Derivativos	-	-	-	-	2.938	-	-	2.938
Ajustes de conversão	-	2.616	(643)	-	-	-	-	1.973
Saldos em 31.12.2024	662.085	475	1.700	172.324	190.257	20.110	70.672	1.117.623
Equivalência patrimonial	4.251	6.987	880	73.515	74.947	2.933	(110.278)	53.235
Dividendos Propostos	-	-	-	(40.000)	(18.737)	-	-	(58.737)
Reserva de hedge accounting	-	-	-	-	-	3.931	-	3.931
Adiantamento para o Futuro Capital (AFAC)	-	-	-	-	-	-	23.374	23.374
Derivativos	-	-	-	-	7.197	-	-	7.197

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

Mais-valia de imobilizado	-	-	-	-	-	-	(21.218)	(21.218)
Mais-valia de não competição	-	-	-	-	-	-	(232)	(232)
Amortização de mais-valia de imobilizado	-	-	-	-	-	-	(2.223)	(2.223)
Menos-valia de contingências	-	-	-	-	-	-	164.622	164.622
Tributos diferidos sobre mais/menos valia	-	-	-	-	-	-	(47.923)	(47.923)
Ajustes de conversão	-	(84)	(987)	-	-	-	-	(1.071)
Saldos em 31.12.2025	666.336	7.378	1.593	205.839	253.664	26.974	76.794	1.238.578
Investimentos	666.336	7.378	1.593	205.839	253.664	26.974	146.894	1.308.678
Perda com investimento (passivo)	-	-	-	-	-	-	(70.100)	(70.100)

12. IMOBILIZADO

Política contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (Impairment).

Os gastos com grandes manutenções (docagem) planejadas, efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das embarcações, são reconhecidos no ativo imobilizado. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como custos no resultado do período.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal. Esses itens são depreciados de acordo com a vida útil do ativo imobilizado correspondente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Administração revisou as estimativas contábeis relacionadas à vida útil econômica de suas embarcações próprias. Com base na avaliação das condições operacionais, perspectivas de utilização futura e políticas de manutenção adotadas, definiu-se que, a partir de 1º de janeiro de 2025, a vida útil será de 25 (vinte e cinco) anos, sendo tal alteração aplicada de forma prospectiva.

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou indicadores de *impairment*.

Composição

	Taxas médias anuais	Consolidado		Controladora	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Bens em operação:					
Embarcações	4%	1.206.353	1.206.353	164.571	164.571
Edificações e Instalações	6%	203.525	198.508	18.949	18.722
Máquinas e equipamentos	7%	271.947	227.337	28.213	16.110
Benfeitorias embarcações afretadas	20%	300.005	300.005	155.265	155.265
Móveis e utensílios	10%	19.168	14.187	9.995	5.455
Equipamentos de processamento de dados	20%	55.920	52.417	25.903	24.581
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	38.950	38.719	7.592	7.592
Veículos	20%	425.364	425.434	96	96
Outros bens	20%	4.696	3.908	2.988	2.762
		2.525.928	2.466.868	413.572	395.152
Imobilizações em curso		63.751	59.599	8.878	2.663
Imobilizado custo		2.589.679	2.526.467	422.450	397.816
Depreciação acumulada		(1.193.998)	(1.036.106)	(286.285)	(262.338)
Imobilizado líquido		1.395.681	1.490.361	136.165	135.478

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação

	Consolidado						Controladora	
	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias embarcações afretadas	Demais bens	Imobilizações em curso	Total	Total
Custo								
Saldos em 31/12/2023	749.354	164.990	161.059	240.148	452.359	437.860	2.205.769	484.428
Adições	-	-	-	-	-	201.498	201.498	151.887
Transferências	456.999	33.517	66.278	59.857	82.306	(698.957)	-	(238.499)
Saldos em 31/12/2024	1.206.353	198.508	227.337	300.005	534.665	59.599	2.526.467	397.816
Adições	-	-	-	-	-	68.057	68.057	24.634
Transferências	-	5.017	49.455	-	9.433	(63.905)	-	-
Baixas	-	-	(4.845)	-	-	-	(4.845)	-
Saldos em 31/12/2025	1.206.353	203.525	271.947	300.005	544.098	63.751	2.589.679	422.450
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2023	(319.584)	(51.881)	(83.577)	(123.584)	(283.087)	-	(861.712)	(233.334)
Adições	(69.578)	(7.601)	(12.479)	(33.770)	(50.964)	-	(174.393)	(29.004)
Saldos em 31/12/2024	(389.162)	(59.482)	(96.056)	(157.354)	(334.051)	-	(1.036.106)	(262.338)
Adições	(35.142)	(11.917)	(12.603)	(53.210)	(49.569)	-	(162.440)	(23.947)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	4.548	-	-	-	4.548	-
Saldos em 31/12/2025	(424.304)	(71.399)	(104.111)	(210.564)	(383.620)	-	(1.193.998)	(286.285)
Total	782.049	132.126	167.836	89.441	160.478	63.751	1.395.681	136.165

As principais imobilizações em curso em 31 de dezembro de 2025 são:

- R\$26.861 decorrente da pré-docagem das embarcações
- R\$7.965 decorrente da reforma do *dolphin* de atracação da controlada TVV;
- R\$5.948 decorrente da reforma parcial do pátio da controlada TVV;
- R\$5.641 decorrente da aquisição de sistema de incêndio.

Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção:

Cascos EI 506, EI 507 e EI 508

Em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA, consequentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos referidos ativos, líquida do valor da indenização a receber, no montante total de R\$502.928, como segue:

Descrição	Consolidado e Controladora				
	Cascos EI-506, EI-507 e EI-508	Indenização por inadimplemento contratual, a receber	Materiais e equipamentos no estaleiro (a)	Reversão da perda estimada (b)	Provisão para perdas estimadas
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236)	(281.165)	57.428
Encargos capitalizados	164.335	-	-	(164.335)	-
	584.796	(59.632)	(22.236)	(445.500)	57.428

a) Em 30 de novembro de 2007, a Log-In celebrou com o EISA o Contrato de Construção de Navios sob Encomenda ("Contrato de Construção"), por meio do qual o EISA obrigou-se a "construir, lançar, equipar, montar, testar e entregar para a CONTRATANTE [Log-In], 05 (cinco) navios porta-contêiner de 2.700 (dois mil e setecentos) TEU, feitos de aço (...)", cujos cascos seriam identificados pelos números EI-504, EI-505, EI-506, EI-507 e EI-508.

Em 2016, o estaleiro entrou em recuperação judicial e paralisou as suas operações sem entregar 3 navios, referentes aos cascos 506, 507 e 508, além de respectivas partes e peças. A Log-In rescindiu o contrato de construção e, em 2017, após a realização de teste de recuperabilidade dos ativos, realizou o lançamento contábil de saldo residual no ativo imobilizado referente aos valores que, à época, a Companhia entendia que teria condições de recuperar do estaleiro. O referido contrato previa que nas hipóteses de inadimplemento pelo estaleiro, a Log-In teria o direito de assumir a posse das partes e peças adquiridas pelo estaleiro com os recursos adiantados pela Companhia no âmbito do contrato de construção ou reverter o valor correspondente em indenização.

A Assembleia de Credores do EISA deveria ter ocorrido no primeiro semestre de 2021, na qual o controlador do estaleiro apresentaria um plano de recuperação crível e que endereçasse o tema das partes e peças, mas isso não ocorreu. Até o momento o EISA não apresentou plano de recuperação judicial com condições factíveis para o pagamento dos credores, dentre eles a Log-In. Em virtude disso, as negociações que vinham sendo mantidas com o EISA para a retirada das partes e peças do estaleiro mostraram-se inviáveis.

Nesse contexto e após análise da Administração da Companhia, foi deliberado em reunião de diretoria realizada em 27 de setembro de 2021, a desistência das partes e peças e conversão dos valores correspondentes em indenização. Em paralelo, o processo de RJ do EISA será acompanhado para cobrança dos créditos da Log-In, já habilitados no processo judicial e os valores acima estão 100% provisionados nas demonstrações financeiras.

Em 2023, foi realizada a segunda convocação da Assembleia de Credores, na qual foi deliberado a aprovação do plano de recuperação das Classes I (trabalhista), III (quirografia) e IV (quirografia EPP/ME). Para a Classe II (garantia real), houve um impasse de votos entre as partes representadas pelos credores do EISA e a Log-In, resultando na não aprovação do Plano de Recuperação Judicial. Ato contínuo, o EISA apresentou um pedido de "cram down" para a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, no qual foi deferido em 08 de agosto de 2023.

b) No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2025, a Log-In classificou, como perda definitiva, a dedução dos créditos da parcela efetiva que excede o compromisso assumido pelo EISA no âmbito

do acordo de recuperação.

13. INTANGÍVEL

▪ Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos intangíveis em desenvolvimento (sistemas) são as aplicações dos resultados de pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando a produção de sistemas ou aprimoramento substancial, antes do início do seu uso, caracterizado conforme referido no CPC 04 (R1). Após a finalização do projeto e a sua disponibilidade para obter os benefícios gerados pela Companhia, é reconhecido no seu montante total como ativo intangível (sistemas) e amortizado a partir desta data.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Na aquisição do investimento em uma controlada, coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil nas demonstrações financeiras consolidadas como um ativo intangível. Se houver evidência objetiva de que o investimento em uma controlada, coligada ou joint venture está deteriorado, as exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia. Anualmente, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio classificado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 como um único ativo comparando seu valor recuperável com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil calculado na aquisição. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

▪ Composição

	Consolidado					Controladora	
	Sistemas	Ágio em Investimentos	Carteira de clientes	Não competição	Intangível em desenvolvimento	Total	Total
Custo							
Saldos em 31/12/2023	149.274	60.082	22.479	5.401	8.484	245.720	138.581
Adições	-	-	-	-	10.479	10.479	7.059
Transferências	10.441	-	1	-	(10.442)	-	-
Saldos em 31/12/2024	159.715	60.082	22.480	5.401	8.521	256.200	145.640
Adições	-	-	-	-	14.935	14.935	8.252
Transferências	13.789	-	-	-	(13.789)	-	-
Saldos em 31/12/2025	173.504	60.082	22.480	5.401	9.667	271.135	153.892
Amortização acumulada							
Saldos em 31/12/2023	(123.792)	-	(3.594)	(1.144)	-	(128.530)	(112.583)
Adições	(8.042)	-	(3.600)	(908)	-	(12.550)	(6.233)
Saldos em 31/12/2024	(131.834)	-	(7.194)	(2.052)	-	(141.080)	(118.816)
Adições	(9.336)	-	(3.597)	(929)	-	(13.862)	(6.979)
Saldos em 31/12/2025	(141.170)	-	(10.791)	(2.981)	-	(154.942)	(125.795)
Total	32.334	60.082	11.689	2.420	9.667	116.193	28.097
Taxa média de amortização	20%		20%	20%			20%

Os principais intangíveis em desenvolvimento em 31 de dezembro de 2025 são:

- R\$3.894 decorrente de melhorias em sistemas de faturamento e administrativo;
- R\$1.561 decorrente de modernização de Arquitetura e Segurança no sistema de gerenciamento de carga.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

▪ Política contábil

No início de um contrato, a Companhia avalia se esse instrumento é ou contém um arrendamento mercantil. Um contrato é ou contém um arrendamento quando a Companhia obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em troca de uma contraprestação.

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como *tablets* e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente amortizado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Esses são classificados como circulante ou não circulante, de acordo com os prazos das contraprestações.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e mensurado novamente quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é recalculado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do período se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As taxas incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato.

▪ Composição e movimentação dos ativos de direito de uso

	Consolidado					Controladora				
	Equipamentos contêineres	Imóveis de escritório	Veículos	Terminais portuários	Imóveis em terminais portuários	Equipament os portuários	Equip. Informática/ Sistemas	Embarcação	Total	Total
Custo										
Saldos em 31.12.2023	240.597	56.268	18.233	92.767	20.463	25.772	8.389	33.910	496.399	296.293
Adições	51.314	20.598	601	3.783	1.458	4.839	1.349	-	83.942	55.074
Baixa	-	(1.598)	-	-	-	-	-	-	(1.598)	-
Reclassificação	-	904	-	-	-	-	-	-	904	904
Saldos em 31.12.2024	291.911	76.172	18.834	96.550	21.921	30.611	9.738	33.910	579.647	352.271
Adições	77.387	16.306	523	103.753	-	12.603	1.625	-	212.197	85.203
Saldos em 31.12.2025	369.298	92.478	19.357	200.303	21.921	43.214	11.363	33.910	791.844	437.474
Amortização acumulada										
Saldos em 31.12.2023	(149.346)	(31.187)	(3.035)	(9.569)	(19.974)	(16.888)	(2.973)	(10.871)	(243.843)	(191.506)
Adições	(55.293)	(16.960)	(4.413)	(3.409)	(1.947)	(6.527)	(2.316)	(1.695)	(92.560)	(64.014)
Baixa	-	941	-	-	-	-	-	-	941	-
Saldos em 31.12.2024	(204.639)	(47.206)	(7.448)	(12.978)	(21.921)	(23.415)	(5.289)	(12.566)	(335.462)	(255.520)
Adições	(65.142)	(19.129)	(4.302)	(3.578)	-	(11.124)	(2.502)	(3.501)	(109.278)	(72.771)
Saldos em 31.12.2025	(269.781)	(66.335)	(11.750)	(16.556)	(21.921)	(34.539)	(7.791)	(16.067)	(444.740)	(328.291)
	99.517	26.143	7.607	183.747	-	8.675	3.572	17.843	347.104	109.183
Taxas médias de amortização	18,88%	35,58%	30,00%	7,94%	20,00%	47,37%	13,33%	5,00%		

▪ Composição das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Equipamentos de contêineres	115.187	116.053	115.186	116.053
Veículos	9.639	13.434	-	-
Imóveis de escritório	28.576	33.052	5.743	6.387
Terminal portuário (b)	169.084	91.178	-	-
Equipamentos portuários	9.515	7.900	700	1.096
Sistemas	4.631	5.743	3.587	4.439
Embarcações (a)	4.066	6.970	-	-
	340.698	274.330	125.216	127.975

- (a) Em 19 de março de 2018, a controlada Log-In International GmbH obteve financiamento junto a instituição financeira londrina (Bairrigg Leasing No.3 Limited), no montante de US\$5.100 mil (equivalentes em Euros 4.156 mil e R\$16.260), tendo como garantia a transferência da propriedade da embarcação NV Resiliente para a OCM Log-In Resiliente LLC. O prazo do financiamento era de 5 (cinco) anos, com amortização mensal de US\$60 mil, acrescido de juros anuais "pro rata" pela Libor, conforme contrato pactuado entre as partes e a Controladora.

A Log-In International GmbH detém os direitos de uso/operação da embarcação NV Resiliente, operação de "Sale lease back", firmados em contrato de afretamento à casco nu com a Bairrigg Leasing No. 3 Limited. As obrigações financeiras da Log-In International GmbH são: (i) amortização da dívida em 5 (cinco) anos, em 60 parcelas fixas mensais, de US\$60 mil cada; e (ii) pagamento final de US\$1.500 mil (valor de recompra). Com a amortização total da dívida, no prazo ou de forma antecipada, haverá obrigatoriamente a transferência da propriedade da embarcação de volta para a Log-In International GmbH, cujas regras para a recompra antecipada (opcional) ou no final do prazo contratual (obrigatória) estão definidas no referido contrato.

Em março/2023 foi celebrado o aditamento do contrato de sale leaseback com a Bairrigg Leasing, refinanciando a transação por mais 5 anos. O montante total remanescente negociado foi de USD 1.630 mil com amortizações mensais de USD 27 mil, com incidência de juros mensais, calculados pela SOFR + 4,5% a.a.

- (b) No dia 24 de fevereiro 2025, a subsidiária TVV celebrou um contrato para a exploração de instalação portuária localizada em retroárea do Porto Organizado de Vitória/ES, pelo prazo de 6 (seis) anos, junto à autoridade portuária Vports.

▪ Movimentação obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
Movimentação		
Saldo em 31.12.2024	274.330	127.975
Adição	212.197	85.203
Juros e variação cambial no exercício	20.514	5.838
Pagamentos no exercício	(166.343)	(93.800)
Saldos em 31.12.2025	340.698	125.216
Circulante	113.729	78.605
Não circulante	226.969	46.611

▪ Cronograma de vencimentos das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
2026	113.522	78.699
2027	39.108	10.343
2028	26.161	5.353
2029	25.070	5.493
2030 a 2048	136.837	25.328
Saldos em 31.12.2025	340.698	125.216

▪ Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Despesas arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor	112.475	111.112	176.652	192.633

▪ A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 ano	15,16%
2 anos	16,28%
3 anos	16,18%
4 anos	16,30%
5 anos	15,28%
7 anos	15,73%
8 anos	18,00%
9 anos	15,32%
23 anos	10,00%

▪ Indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento

Fluxo de caixa	31.12.2025	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	405.148	340.698
PIS/COFINS potencial (9,25%)	37.476	31.515

15. FORNECEDORES E PROVISÕES OPERACIONAIS

▪ Política contábil

Os saldos de fornecedores e provisões operacionais se referem a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

As provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores	141.214	120.943	76.527	61.571
Provisões operacionais				
Gastos marítimos com transportes de contêineres	92.591	99.772	76.031	82.406
Gastos rodoviários	19.275	6.140	14.022	8.906
Gastos administrativos	1.972	3.764	1.824	3.040
Outros gastos operacionais	473	3.182	312	871
Total	114.311	112.858	92.189	95.223
	255.525	233.801	168.716	156.794
Circulante	255.525	233.801	168.716	156.794

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E NOTAS COMERCIAIS

▪ Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação e apropriadas nos prazos de pagamento das operações.

	Moeda	Indexador	Taxas e encargos	Vencimento	Consolidado		Controladora	
					31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
BNDES/FMM (a)	R\$	TJLP	2,5% e 4,3%	Abr 34	257.901	297.615	224.431	257.132
BNDES/FMM (a)	US\$	USD	2,5% e 4,3%	Abr 34	252.931	329.686	214.197	276.918
Debêntures - TVV (b)	R\$	IPCA	6,86%	Nov 33	197.095	212.400	-	-
Custo com emissão - TVV (b)	R\$	IPCA	6,86%	Nov 33	(6.429)	(7.250)	-	-
Notas Comerciais 2° emissão (c)	R\$	CDI	2,11%	Nov 30	-	278.314	-	278.314
Custo com emissão 2° emissão (c)	R\$	CDI	2,11%	Nov 30	-	(2.756)	-	(2.756)
Notas Comerciais 3° emissão 1 serie (d)	R\$	CDI	1,49%	Mai 31	407.348	397.657	407.348	397.657
Custo com emissão 3° emissão 1 serie (d)	R\$	CDI	1,49%	Mai 31	(3.402)	(4.030)	(3.402)	(4.030)
Notas Comerciais 3° emissão 2 serie (d)	R\$	CDI	1,54%	Jul 31	53.908	52.908	53.908	52.908
Custo com emissão 3° emissão 2 serie (d)	R\$	CDI	1,54%	Jul 31	(463)	(546)	(463)	(546)

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Debêntures 5º emissão (e)	R\$	CDI	1,30%	Jul 32	300.991	-	300.991	-
Custo com emissão 5º emissão (e)	R\$	CDI	1,30%	Jul 32	(2.554)	-	(2.554)	-
Risco Sacado (f)	R\$	-	-	Mar 26	23.634	11.008	15.695	6.495
Financiamento Bunker (g)	R\$	R\$	2,31%	Abr 26	53.812	58.846	53.811	58.846
Pamcard (h)	R\$	-	20,98%	Mar 26	52.410	32.000	-	-
Bradesco (i)	R\$	-	13,11%	Fev 26	25	1.129	-	-
Bradesco Financiamentos (i)	R\$	-	11,95%	Fev 26	-	497	-	-
Banco CNH (i)	R\$	-	10,16%	Jan 26	85	2.772	-	-
Banco da Amazonia (i)	R\$	TJPL	5,46%	Jan 29	-	80	-	-
Banco do Brasil (i)	R\$	-	20,55%	Out 25	-	668	-	-
Sicoob (i)	R\$	CDI	8,21%	Dez 30	7.521	9.038	-	-
Ademicon (i)	R\$	-	14,00%	Jan 28	99	-	-	-
Conta Garantida Oliva Pinto (j)	R\$	CDI	3,04%	Mar 26	5.851	8.859	-	-
Conta Garantida Tecmar (j)	R\$	CDI	3,04%	Mar 26	9.548	-	-	-
Consortios (k)	R\$	-	13,50%	Jan 29	167	726	-	-
Financiamento Combustível (l)	R\$	CDI	1,18%	Mar 26	9.093	9.524	-	-
Finame BNDES (m)	R\$	IPCA	9,18%	Abr 34	80.156	-	-	-
					1.699.727	1.689.145	1.263.962	1.320.938
Circulante					326.022	317.133	197.225	214.599
Não circulante					1.373.705	1.372.012	1.066.737	1.106.339

- (a) Referem-se, principalmente, a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (“FMM”), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), principalmente, para construção de embarcações - BNDES/FMM.
- (b) Em dezembro de 2021, o TVV realizou a liquidação da sua 1ª emissão de Debêntures, assinada em novembro de 2021 no valor de R\$ 240 milhões, totalmente subscrito em abril de 2022. A emissão teve como finalidade a modernização de equipamentos essenciais às atividades portuárias. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 240 mil (duzentos e quarenta mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais). As debêntures são amortizadas em parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida em 15 de novembro de 2022 e a última parcela devida em 15 de novembro de 2033, ou seja, de 12 (doze) anos contratados da data de emissão em 15 de novembro de 2021. Foi contratado um instrumento financeiro (SWAP) para mitigação das oscilações do IPCA desta dívida.
- (c) Em novembro de 2023, a Log-In realizou sua 2ª emissão de notas comerciais, no valor total de R\$ 275 milhões. A emissão teve como finalidade complementar o capital de giro e desenvolvimento das atividades gerais da companhia. Notas comerciais escriturais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), com prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da data de emissão das Notas Comerciais. A 2ª nota comercial foi liquidada antecipadamente em julho de 2025, com a 5ª emissão de debêntures.
- (d) Em maio de 2024, a Log-In realizou sua 3ª emissão de Notas Comerciais, em duas séries, totalizando o valor de R\$ 420 milhões. Sendo o valor de R\$ 370 milhões na primeira série, e R\$ 50 milhões na segunda série. A emissão da 1ª série teve como finalidade complementar o capital de giro, realizar a liquidação antecipada das Notas Comerciais da 1ª emissão e a liquidação antecipada das Debêntures da 4ª emissão. A emissão da 2ª série teve como finalidade a liquidação antecipada das debêntures da 3ª emissão.
- (e) Em junho de 2025, a Log-In realizou sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil de reais) perfazendo, o montante total de, R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) (“Debêntures”), com prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da data de emissão das Debêntures. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados para capital de giro da Companhia e para fins de gestão de passivos, alongamento de prazos, otimização de condições financeiras e/ou amortização de dívidas existentes, incluindo as notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, sob o rito automático, de 2ª emissão da Companhia.
- (f) Referem-se aos valores contratados em operações de risco sacado com as instituições financeiras Banco Itaú, Banco Sofisa, Banco do Brasil, BV (Votorantim), Banco Safra, Banco Bradesco, Direta Securitizadora, Banco ABC., no qual determinados transportadores podem antecipar os seus recebíveis sem coobrigação por parte do cedente, sem incidência de correção e juros e com postergação aproximada de 60 dias para pagamento em relação ao seu vencimento inicial para a Companhia, e com isso, passa a ter que pagar pelo serviço contratado diretamente aos bancos mencionados acima e não mais aos fornecedores, conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2021 item 8 - Risco Sacado. Estas transações têm por objetivo o fortalecimento da relação comercial com os referidos fornecedores e as faturas são antecipadas exclusivamente a critério dos fornecedores. Ocorrendo descumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes destes contratos, sobre as quantias devidas, incidirão, desde a data do descumprimento até a data do efetivo adimplemento, juros remuneratórios capitalizados diariamente, juros moratórios à taxa efetiva de 1% ao mês, capitalizados diariamente “pro rata temporis” e multa não compensatória de 2% calculada sobre o valor total devido para o Banco Itaú.
- (g) Refere-se a financiamento para aquisição de bunker para frota própria junto à instituição financeira Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Alelo”). Em contraprestação aos serviços prestados pela Alelo, a companhia pagará uma comissão de administração, aplicável sobre a soma do valor das transações realizadas com o cartão Alelo, a uma taxa progressiva conforme oscilação da SELIC.
- (h) Referem-se a financiamentos para pagamento de frete junto à instituição financeira Banco Bradesco S.A. Em contraprestação aos serviços prestados pelo Bradesco, a empresa pagará comissão de administração, aplicável sobre a soma do valor, à uma taxa de 20,98% a.a.
- (i) Refere-se a recursos obtidos junto às instituições financeiras Bradesco, Banco CNH, Banco da Amazônia, Itaú, Banco do Brasil, Santander e Sicoob através de crédito direto ao consumidor para aquisição de frota de veículos e capital de giro, referente a empresa Oliva Pinto Logística Ltda. controlada indiretamente através da Tecmar Transportes Ltda., adquirido em 23 de dezembro de 2022.
- (j) Refere-se a recursos obtidos junto às instituições financeiras Bradesco, Santander e Itaú para fortalecer o capital de giro, otimizar o fluxo de caixa e garantir a continuidade e eficiência do transporte rodoviário de cargas.
- (k) Referem-se a recursos obtidos através de consórcios pela controlada Tecmar e Oliva Pinto para aquisição de frota de veículos junto as instituições financeiras, Randon, Volvo e Ademicon.
- (l) Refere-se a financiamentos para aquisição de combustível para a frota de veículos próprios junto a instituição financeira Alelo Instituição de Pagamentos S.A. (“Alelo”) e Ticket Soluções HDFGT S/A.
- (m) Refere-se à contratação de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), por meio da linha FINAME. Os recursos possuem prazo de até 16 anos e são destinados à aquisição de caminhões e carretas voltados ao transporte de contêineres, bem como ao reforço do capital de giro da companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

▪ Cronograma de amortizações do passivo não circulante

Parcelas vencíveis em	Consolidado 31.12.2025	Controladora 31.12.2025
2027	103.720	63.375
2028	182.328	63.375
2029	313.640	273.375
2030	309.513	273.034
2031 a 2034	464.504	393.578
	1.373.705	1.066.737

▪ Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	1.689.145	1.626.489	1.320.938	1.271.720
Emissão de debêntures, notas comerciais e financiamentos	280.000	420.000	280.000	420.000
Captação para capital de giro	288.801	206.717	-	-
Custos na emissão de debêntures e notas comerciais	(2.751)	(4.991)	(2.751)	(4.991)
Operações de risco sacado	137.997	8.600	104.494	6.495
Financiamento de bunker, Pamcard e frete carreteiro	432.656	(189.608)	193.696	8.632
Variação cambial	31.405	244.595	36.637	13.692
Variação cambial - constituição de reserva de hedge	2.864	58.587	2.726	47.517
Juros e encargos Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	204.989	179.548	154.479	136.354
Juros e encargos pagos Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(163.300)	(144.306)	(128.298)	(113.554)
Amortização principal Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(1.202.079)	(716.486)	(697.959)	(464.927)
Saldo final	1.699.727	1.689.145	1.263.962	1.320.938

▪ Garantias

BNDES/FMM

- 50,05% das ações do TVV (cascos 506, 507 e 508);
- 99,99% das quotas da Log-Mar (cascos 506, 507 e 508);
- Embarcações Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá (cascos 504 e 505);
- Fiança bancária no valor de face de R\$6.318 (cascos 506, 507 e 508).

Debêntures - 1ª Emissão (TVV)

- Alienação fiduciária de equipamentos do TVV; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços a determinados clientes.

Banco do Brasil

- Garantia de títulos de cobrança junto a instituição financeira.

Sicoob

- Alienação fiduciária de Imóvel comercial de Manaus (Oliva Pinto).

Banco CNH

- Alienação fiduciária de veículos e placas solares.

BNDES/FINAME

- Fiança bancária no valor de face de R\$76.597.

▪ Cláusulas de covenants

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas restritivas de covenants que podem ocasionar antecipação de dívida. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter determinados índices ou comunicações, conforme detalhados abaixo. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 para todos os itens abaixo:

BNDES/FMM

- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula $ICD = EBITDA - (IR + CSLL + \text{Variação Capital de Giro}) / \text{Serviço da Dívida do Exercício}$.
- Índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício.

Debêntures – 5ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 (balanço consolidado). EBITDA significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às “Obrigações com arrendamento mercantil”; E “Dívida” significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, bem como novos financiamentos contraídos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, exceto caso sejam prestados em garantia às operações de empréstimos e financiamentos contraídos já contabilizados para fins de apuração de dívida, e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos.

Dívida Líquida (1.363.579) / EBITDA (824.945) = 1,65x. Empréstimos e financiamentos (1.699.727), fianças bancárias (13.441), derivativos (10.136) e caixa, aplicações e equivalentes de caixa (339.453).

Notas Comerciais – 3ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 (balanço consolidado). significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às “Obrigações com arrendamento mercantil”; E “Dívida” significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, bem como novos financiamentos contraídos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos.

Dívida Líquida (1.446.494) / EBITDA (824.945) = 1,75x. Empréstimos e financiamentos (1.699.727), fianças bancárias (96.356), derivativos (10.136) e caixa, aplicações e equivalentes de caixa (339.453).

Debêntures - 1ª Emissão (TVV)

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, do Resultado Financeiro Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil";
- ICSD não inferior a 1,3. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, auferido por meio da seguinte equação, calculado com base nas demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício e auditadas por auditoria independente: $ICSD = \text{Geração de Caixa da Atividade} / \text{Serviço da Dívida}$. A Geração de Caixa da Atividade significa o resultado da diferença entre o EBITDA (definido acima) e o montante de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no exercício.

Financiamentos (Consórcios de veículos)

- Deferimento das instituições financeiras sobre a mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da Companhia, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária;
- Em caso de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos de créditos do Credor;
- Inadimplemento de quaisquer de suas obrigações, por parte da Companhia ou seu Avalista, assim como se houver requerimento de sua recuperação judicial ou falência.

17. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES

▪ Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, for considerada provável pela Administração e seus assessores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e for possível estimar seu valor de maneira confiável. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objetos de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

▪ Composição das provisões para riscos

	Consolidado				Controladora
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Total
Saldos em 31.12.2023	234.663	43.306	1.262	279.231	1.721
Adições	6.624	-	936	7.560	562
Reversões (a)	(7.361)	(23.448)	-	(30.809)	-
Correção monetária	8.050	453	13	8.516	1.517
Pagamentos	(6.439)	-	(125)	(6.564)	(2.042)
Saldos em 31.12.2024	235.537	20.311	2.086	257.934	1.758
Adições	4.417	11	182	4.610	1.031
Reversões (a)	(9.227)	(113.950)	(1.406)	(124.583)	-
Correção monetária	2.322	(48.465)	66	(46.077)	1.629
Reclassificação	(195.821)	196.453	(632)	-	-
Pagamentos	(4.251)	-	(114)	(4.365)	(3.277)
Saldos em 31.12.2025	32.977	54.360	182	87.519	1.141

(a) Refere-se principalmente a reversão de menos valia de contingências sobre aquisição de negócios.

- Trabalhistas: reclamações de empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos de adicional de risco portuário e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Tributárias: demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações ou despachos decisórios deflagrados pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de tributos federais e autuações fiscais envolvendo a cobrança de ICMS lavradas por alguns Estados em que a Companhia possui operações; e
- Cíveis: ações indenizatórias e demandas relacionadas à acidentes e reclamações de carga.

Para o processo trabalhista RT-189-1996-055-01-00-4, foi realizada a fiança bancária no valor atualizado de R\$ 13.441.

▪ Ativos contingentes

Não incidência de ICMS sobre navegação de cabotagem em transporte internacional (Feeder)

A Companhia, por meio das empresas Log-In Logística Intermodal S.A. e Log-In Marítima Cabotagem Ltda., ajuizou em 11 de abril de 2023 o Mandado de Segurança nº 1019838-44.2023.8.26.0053, com o objetivo de afastar a inclusão do ICMS na base de cálculo do adicional do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF), instituído pelo Estado de São Paulo, incidente sobre as receitas das operações de transporte intermodal com origem ou destino no referido Estado.

A sentença proferida em 11 de dezembro de 2023 reconheceu o direito da Companhia à exclusão do ICMS da base de cálculo do adicional do FECF/SP, bem como à restituição/compensação dos valores indevidamente recolhidos nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, acrescidos de correção monetária pela taxa SELIC.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve a decisão em segunda instância.

Em 12 de setembro de 2025, foi certificado o trânsito em julgado da sentença que reconheceu a não incidência do ICMS nas operações feeder de importação com origem no Estado de São Paulo. Os valores correspondentes ao crédito reconhecido, em razão do êxito da tese, estão sendo apurados com base nos recolhimentos realizados no período abrangido pela decisão judicial, a fim de identificar os montantes passíveis de recuperação.

▪ Passivos contingentes

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	77.096	79.764	8.666	20.188
Tributárias	195.286	162.119	122.744	99.953
Cíveis	52.914	49.929	44.632	41.308
	325.296	291.812	176.041	161.449

Trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte passiva em reclamações movidas por ex-empregados que alegam possuir direitos relativos a horas extras, adicionais de insalubridade e risco portuário, diferenças salariais, indenizações por danos morais, verbas rescisórias. Os pedidos desta natureza, em regra, são classificados com chances de perda possível. As demandas previdenciárias envolvem a cobrança de contribuição previdenciária pela Receita Federal Brasileira sobre rubricas consideradas de natureza salarial, contribuição patronal e diferenças de alíquota do RAT.

Tributárias: demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações ou despachos decisórios proferidos pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de determinados tributos federais e autuações fiscais envolvendo a cobrança de ICMS lavradas por alguns Estados em que a Companhia possui operações.

Dentre as demandas tributárias classificadas como possíveis, destacam-se as seguintes:

ICMS: Em 23/03/2012, a Companhia tomou ciência de Auto de Infração lavrado pelo Estado de Pernambuco que tem por objeto a cobrança de ICMS relativo aos períodos de 06/2011 a 12/2011. Em 20/05/2012, a Companhia apresentou a sua impugnação, comprovando o recolhimento do tributo, apesar de ter ocorrido erro no preenchimento de obrigação acessória. Em julgamento de

primeira instância publicado em 12/06/2014, a autuação foi parcialmente mantida pelos julgadores. Em 27/06/2014, a Companhia protocolou recurso requerendo o cancelamento da autuação. Em 11/11/2015, foi proferida a decisão que anulou o julgamento de 1ª instância e o processo foi remetido para a realização de diligências, tendo a Companhia apresentado sua manifestação sobre o parecer final em 23/12/2015, complementada em nova manifestação protocolada em 18/05/2016. Aguarda-se novo julgamento da Impugnação. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$17.301 em 31 de dezembro de 2025 (R\$16.030 em 31 de dezembro de 2024).

Em 11/01/2024, a Companhia tomou ciência do Auto de Infração lavrado pelo Estado de São Paulo referente a glosa de créditos decorrente de valores pagos a prestadores de serviços contratados a Redespacho (período da autuação 01/2019 a 12/2020), o que supostamente seria conflitante com o §1º, do art. 11, do Anexo III, do RICMS/SP (Dec. 45.490/00). A companhia apresentou impugnação uma vez que a fiscalização não observou que a utilização do crédito outorgado do §1º, do art. 11, do Anexo III, do RICMS/SP, não impede a utilização do crédito fiscal decorrente da operação de Redespacho, conforme autorizado pelo art. 38, da Portaria CAT nº 28/02. A impugnação está pendente de análise. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$46.638 em 31 de dezembro de 2025.

Importação de Partes e Peças com os benefícios do REB: Em 23/09/2013, a Companhia tomou ciência do Auto de Infração que tem por escopo a alegação de que a Companhia não teria preenchido os requisitos necessários para a fruição da isenção dos impostos federais e alíquota zero das contribuições incidentes na importação de partes e peças. Como mais recente movimento jurídico relacionado a esse auto de infração, temos a determinação pelo CARF do retorno dos autos para a DRJ/SPO para que seja proferido novo julgamento de 1ª instância (21/03/2019). O risco do processo é avaliado pelos nossos advogados externos como possível, no montante de R\$14.480 em 31 de dezembro de 2025 (R\$13.727 em 31 de dezembro de 2024).

Cíveis: ações indenizatórias e demandas relacionadas à acidentes e reclamações de carga. Dentre as referidas demandas cíveis, destaca-se a seguinte:

LOG STAR: Em junho de 2018, o administrador judicial da Massa Falida da Log Star ajuizou ação em face da Companhia e da TBS Comercial Group com o objetivo de ver declarada a responsabilidade solidária da Companhia e da TBS Comercial Group Ltda. em relação às dívidas da Log Star, constantes de sua autofalência, e, subsidiariamente, a extensão dos efeitos da falência. A Companhia protocolou a contestação em 28/09/2018 e o processo aguarda a citação da outra empresa ré. Aguarda-se o retorno das autoridades estrangeiras acerca do cumprimento da carta rogatória. O prognóstico do caso é possível e o valor atualizado é de R\$41.277 em 31 de dezembro de 2025 (R\$37.031 em 31 de dezembro de 2024).

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. (“Vale”) um acordo, por meio do qual essa se comprometeu a indenizar a Log-In, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações em 25 de julho de 2007. À medida que perdas efetivas ocorrerem decorrentes desses processos a Companhia irá informar à Vale para fins de reembolso. Em 31 de outubro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, a Log-In não tem registrado qualquer montante a receber da Vale considerando que essas causas não apresentam perdas efetivas a Companhia.

TECMAR:

Trabalhistas e previdenciários: A Empresa é parte em reclamações movidas por empregados pelo não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Os principais pedidos formulados nessas reclamações classificadas com chances de perda possíveis são os seguintes: hora extra, intervalo Inter jornada, diferenças sobre diárias de viagem, danos morais, verbas rescisórias, diferenças salariais e adicionais.

Tributárias: demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações para cobrança de PIS/COFINS, ICMS e multas pelo descumprimento de obrigações acessórias.

Cíveis: A Tecmar é parte em diversas ações indenizatórias de reclamação de carga movidas por clientes ou terceiros envolvidos em acidentes ocorridos no transporte de carga. Dentro as demandas cíveis classificadas como possíveis, destaca-se a seguinte:

Ação cível pública promovida desde 2017 pelo Ministério Público Federal, que busca a condenação da companhia à indenização por dano coletivo, em razão do transporte de carga com excesso de peso. Nesta mesma ação, o Ministério Público Federal, além da condenação por danos materiais coletivos também busca a imposição de obrigação de não fazer, qual seja, a obrigação de não realizar o transporte de carga sem excesso de peso, seja peso total, seja peso por eixo, sob pena de imposição de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por transporte realizado com excesso de peso.

OLIVA PINTO:

Trabalhistas e previdenciários: A Oliva Pinto é parte em reclamações movidas por empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente

conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Os principais pedidos formulados nessas reclamações classificadas com chances de perda possíveis são os seguintes: hora extra e adicional de periculosidade.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

▪ Política contábil

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. Esses custos são reconhecidos líquidos dos efeitos tributários aplicáveis.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido (Ações em tesouraria). Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores, que somente poderá ser utilizada para: (i) Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou (ii) Aumento do capital social. Na hipótese do inciso I do caput, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Capital social

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades)			
	ON	%	ON	%
SAS Shipping Agencies Services Sàrl	78.876.946	73,51	78.876.946	73,51
Alaska Investimentos Ltda.	16.067.321	14,97	16.067.321	14,97
Outros Investidores	11.143.447	10,38	11.143.447	10,38
Ações em circulação	106.087.714		106.087.714	
Ações em tesouraria	1.218.772	1,14	1.218.772	1,14
	107.306.486	100,00	107.306.486	100,00

Conforme Estatuto social da Companhia, o capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias (“ON”), e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O capital social da Companhia pode ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 corresponde a R\$1.348.103 (R\$1.348.103 em 31 de dezembro de 2024); R\$1.324.210 (R\$1.324.210 em 31 de dezembro de 2024), capital líquido dos custos diretos de emissão de ações.

■ Ações em tesouraria

A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35 (valor em reais), por ação. O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da B3 de 31 de dezembro de 2025 era de R\$41.182 (R\$25.253 em 31 de dezembro de 2024).

■ Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa e Derivativos

A Log-in e sua controlada Log-Nav adotaram a estratégia de *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de cinco anos, através de instrumentos de proteção não derivativos - dívidas e arrendamentos em dólares norte-americanos já contratados - onde a parte eficaz desta relação é reconhecida no Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) e as eventuais inefetividades, contabilizadas no resultado do período no grupo de Receitas.

A natureza do risco protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis indexadas ao dólar norte americano, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro. Os instrumentos de hedge designados pelas Companhias correspondem ao principal dos empréstimos e principal das obrigações com arrendamentos mercantis, ambos indexados à moeda estrangeira (USD), ou seja, passivos financeiros não derivativos cujos fluxos de caixa se esperam que compensem as alterações nos fluxos de caixa do objeto de hedge designado.

Quando essas receitas de serviços prestados expostas a efeitos cambiais em dólares norte-americanos são realizadas, o valor acumulado em Outros Resultados Abrangentes é reciclado com efeitos na demonstração do resultado, na mesma linha de reconhecimento do objeto de hedge.

Além disso, a controlada TVV contratou instrumentos financeiros para mitigação do risco da taxa de juros dos seus compromissos de longo prazo indexados ao IPCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

Os efeitos contábeis decorrentes em 31 de dezembro de 2025 estão relacionados a seguir:

	Indexação	Tipo de hedge	Principal*	Consolidado			
				Constituição de Reserva de Hedge	Reciclagem para o Resultado	Tributos diferidos	Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o exercício
Saldos em 31.12.2023			192.197	27.867	(12.244)	(5.312)	10.311
Log-In							
Receita	USD	Fluxo de caixa	218.675	(37.249)	(1.235)	13.085	(25.399)
TVV							
Swap	IPCA	Fluxo de caixa	207.324	2.938	-	-	2.938
Log-Nav							
Receita	USD	Fluxo de caixa	46.539	(7.794)	(225)	2.726	(5.293)
Saldos em 31.12.2024			472.538	(14.238)	(13.704)	10.499	(17.443)
Log-In							
Receita	USD	Fluxo de caixa	179.485	25.246	668	(8.833)	17.081
TVV							
Swap	IPCA	Fluxo de caixa	184.288	7.198	-	-	7.198
Log-Nav							
Receita	USD	Fluxo de caixa	39.313	5.864	117	(2.031)	3.950
Saldos em 31.12.2025			403.085	24.070	(12.919)	(365)	10.786

(*) Valores convertidos pela taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2025 de R\$5,5024

19. RESULTADO POR AÇÃO

	2025	2024
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	93.602	53.600
Quantidade de ações - em milhares		
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	106.088	38.042
Resultado básico por ação - R\$	0,88	1,41
Resultado diluído por ação - R\$	0,88	1,41

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia, pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

20. BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA NO LONGO PRAZO - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Política contábil

A Companhia proporciona benefício a seus empregados no longo prazo, que engloba plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. No plano de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida, são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito às contribuições são prestados pelos empregados.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% e 9% do salário de participação e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes, limitadas, porém, a 9% do salário de participação.

Contribuições pagas no período com plano de aposentadoria

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Contribuições pagas pela Companhia	2.424	3.538	1.464	2.580

21. RECEITA LÍQUIDA**Política contábil**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos. A Companhia reconhece receita como segue:

Soluções Integradas:

- Navegação Costeira: serviços de transporte de contêineres (fretes) por toda a costa brasileira e no Mercosul, serviços *Shuttle* que ligam os portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória
- Terminal intermodal (Itajaí): serviços de armazenagem, separação e *cross-docking*. Atua como ponto de acesso para as regiões Norte e Sul do Estado, em prol da integração com a navegação costeira com ênfase na multimodalidade;

Terminal Portuário:

- TVV: operações de embarque e desembarque de contêineres, além de movimentação de cargas e veículos.

Transporte Rodoviário de Carga:

- Tecmar e Oliva Pinto: soluções em transporte rodoviário com frota própria, centros de distribuição e armazenagem, localizados nos principais centros.

Composição

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receita de fretes	2.892.633	2.608.017	1.949.115	1.700.057
Mercado interno	2.337.499	2.239.587	1.560.829	1.484.216
Mercado externo	555.134	368.430	388.286	215.841
Receita de serviços	591.972	611.818	191.727	152.830
Mercado interno	192.979	244.788	2.312	1.848
Mercado externo	398.993	367.030	189.415	150.982
Receita bruta	3.484.605	3.219.835	2.140.842	1.852.887
Impostos sobre as receitas	(403.581)	(424.079)	(224.704)	(238.623)
Receita líquida	3.081.024	2.795.756	1.916.138	1.614.264

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**Composição**

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal, encargos e benefícios	(530.874)	(474.002)	(200.855)	(190.140)
Material	(104.878)	(93.113)	(28.932)	(31.756)
Óleo combustível e gases	(293.830)	(299.791)	(207.316)	(207.657)
Afretamento, locações e arrendamento	(112.475)	(111.111)	(176.652)	(192.633)
Serviços contratados	(1.510.473)	(1.280.617)	(1.104.727)	(860.327)
Depreciação e amortização	(285.580)	(278.562)	(103.697)	(99.296)
Outros	89.629	(2.976)	75.573	(13.328)
	(2.748.481)	(2.540.172)	(1.746.606)	(1.595.137)
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(2.559.264)	(2.351.613)	(1.656.221)	(1.520.682)
Despesas administrativas e comerciais	(189.217)	(188.559)	(90.385)	(74.455)
	(2.748.481)	(2.540.172)	(1.746.606)	(1.595.137)

23. RESULTADO FINANCEIRO

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras resultado	36.936	49.332	14.115	24.187
Juros s/ mútuo a receber de partes relacionadas	-	-	14.061	11.764
Outras	42.721	22.534	39.749	5.287
	79.657	71.866	67.925	41.238
Despesas financeiras				
Encargos empréstimos e financiamentos	(64.565)	(54.929)	(38.570)	(38.999)
Encargos com operações de debêntures	(140.424)	(124.619)	(115.909)	(97.355)
Encargos financeiros - arrendamento mercantil	(42.909)	(34.177)	(22.201)	(20.543)
Reversão (constituição) de juros provisão para riscos	45.906	(8.516)	(1.651)	(1.517)
Juros e comissões	(24.252)	(29.231)	(14.149)	(17.293)
Outras	(22.360)	(15.746)	43.301	(32.669)
	(248.604)	(267.218)	(149.179)	(208.376)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Variações monetárias e cambiais ativas	129.448	98.923	104.607	90.347
Variações monetárias e cambiais passivas	(98.835)	(172.323)	(82.600)	(131.438)
	30.613	(73.400)	22.007	(41.091)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos é determinada no seu reconhecimento inicial, conforme o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais presentes no IFRS 9/CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía operações em instrumentos derivativos em aberto.

▪ Categoria dos principais instrumentos financeiros e seus valores justos

	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
		31.12.2025		31.12.2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	300.109	300.109	289.792	289.792
Contas a receber de clientes	Nível 1	517.939	517.939	337.236	337.236
Valores a receber de partes relacionadas	Nível 1	52.433	52.433	62.261	62.261
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	Nível 1	39.344	39.344	39.068	39.068
Passivo financeiro ao custo amortizado					
Fornecedores	Nível 1	141.214	141.214	120.943	120.943
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 1	1.699.727	1.663.218	1.689.145	1.518.503
Obrigações com arrendamento mercantil	Nível 1	340.698	340.698	274.330	274.330

	Hierarquia do valor justo	Controladora			
		31.12.2025		31.12.2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	227.638	227.638	115.415	115.415
Contas a receber de clientes	Nível 1	264.527	264.527	179.318	179.318
Valores a receber de partes relacionadas	Nível 1	279.187	279.187	364.772	364.772
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado					
Passivo financeiro ao custo amortizado					
Fornecedores	Nível 1	76.527	76.527	61.571	61.571
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	Nível 1	1.263.962	1.263.962	1.320.938	1.221.718
Obrigações com arrendamento mercantil	Nível 1	125.216	125.216	127.975	127.975
Valores a pagar a partes relacionadas		176.159	176.159	81.089	81.089

▪ Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou “*impaired*” é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos com boas qualificações das agências de risco.

A tabela acima apresenta ainda a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pela Companhia. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar na data de mensuração.
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

▪ Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

▪ Risco de mercado

A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e índices cambiais, monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos em 31 de dezembro de 2025. A estratégia principal de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o resultado do período de suas controladas quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis, através do instrumento de proteção principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira norte americana.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

(a) Risco cambial

A parcela dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Dólar), no montante de R\$252.931, em 31 de dezembro de 2025 (R\$329.686, em 31 de dezembro de 2024), corresponde a 14,88% (19,52% em 31 de dezembro de 2024) da dívida da Companhia (Consolidado); o efeito cambial decorrente dessa exposição e dos demais ativos e passivos em Dólar pode ser relevante no vencimento do endividamento no curto e médio e longo prazos.

A Companhia também possui obrigações com arrendamentos mercantis em moeda estrangeira (Dólar) no montante de R\$119.253, em 31 de dezembro de 2025 (R\$123.023 em 31 de dezembro de 2024) que corresponde a 36,11% (44,84% em 31 de dezembro de 2024) da obrigação com arrendamento mercantil (consolidado).

▪ Hedge Accounting

A Companhia designou a proteção de até 100% das receitas altamente prováveis projetadas pelo período de até 5 anos.

A natureza do risco a ser protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis em USD, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro.

A estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o resultado do exercício da Companhia e de sua controlada Log-Nav quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis através do principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira (USD).

Ganhos e perdas mensurados e classificados como reserva de hedge no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado ("reciclagem"), no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

(b) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros variáveis, que são aplicadas aos seus passivos financeiros. A Companhia está exposta as seguintes taxas de juros variáveis:

Indexador	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo				
CDI	307.930	292.055	209.860	92.376
Passivo				
TJLP	310.396	329.696	224.431	257.132
CDI	769.367	740.110	755.828	721.546

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem contratos derivativos para fazer hedge contra estes índices, continuamente monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõe as estratégias de mitigação de riscos a serem adotadas e aprovadas pelo conselho de administração.

▪ Instrumentos financeiros derivativos

Swap: Na gestão do caixa da Companhia e de acordo com os controles internos utilizados pela Administração, a Companhia contratou instrumentos financeiros para mitigação do risco da taxa de juros dos seus compromissos de longo prazo indexados ao IPCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

Início da operação	Vencimento da operação	Saldo valor inicial	Saldo Valor Banco R\$ Ponta Passiva (CDI)	Saldo Valor Cliente R\$ Ponta Ativa (IPCA)	Saldo líquido
13/09/2024	17/05/2027	184.288	186.779	196.915	10.136

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$389.503 e capital circulante líquido positivo de R\$304.381 na controladora (em 31 de dezembro de 2024, R\$104.967 e R\$111.388, consolidado e controladora, respectivamente), bem como patrimônio líquido positivo de R\$1.089.675 no consolidado e de R\$1.089.428 na controladora (em 31 de dezembro de 2024, R\$968.854 e R\$968.669, consolidado e controladora, respectivamente). Destacamos que a Companhia tem servido todas as dívidas e está adimplente com todas as suas obrigações com empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

O quadro a seguir demonstra a análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado				
	Total	Vencidos e a vencer De 0 a 3 meses	A vencer:		
			De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	141.214	138.629	2.585	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.438.986	238.709	256.347	1.411.129	532.801
Arrendamentos	559.665	41.185	110.471	195.195	212.815
	3.139.865	418.523	369.403	1.606.324	745.616

	Controladora				
	Total	Vencidos e a vencer De 0 a 3 meses	A vencer: De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	76.527	75.512	1.015	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.827.954	139.082	191.125	1.066.286	431.461
Partes relacionadas	176.159	176.159	-	-	-
Arrendamentos	164.128	26.564	65.727	46.917	24.921
	2.244.768	417.317	257.867	1.113.203	456.382

(d) Risco de gerenciamento de capital

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Além do capital próprio, a Companhia usa o de terceiros para financiar suas atividades, otimizando sua estrutura de capital. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. A dívida líquida reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

A dívida bruta consiste na soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais de curto (circulante) e longo (não circulantes) prazos conforme detalhados na nota explicativa nº 16.

Com as captações com a emissão de debêntures no TVV em 2021 e da Log-In em 2025, além das emissões de notas comerciais em 2023 e 2024 (nota explicativa nº 16), a Companhia vem assegurando sua liquidez e a continuidade operacional dos seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o índice de alavancagem financeira da Companhia é conforme segue:

Índice de alavancagem financeira	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Dívida bruta	1.699.727	1.689.145
Caixa e equivalentes de caixa	(300.109)	(289.792)
Aplicações financeiras	(39.344)	(39.068)
Dívida líquida	1.360.274	1.360.285
Patrimônio líquido Controladora	1.089.428	968.669
Relação dívida líquida/capital	1,2	1,4

(e) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através de análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições com boas avaliações de *rating*.

▪ **Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos**

A Companhia avaliou e entende que os valores justos de seus principais instrumentos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2025 se aproximam dos valores contábeis reconhecidos, considerando as características de determinados ativos e passivos financeiros, prazo de realização ou vencimento no curto prazo, conforme aplicável, ou por estarem indexados a taxas variáveis de mercado.

Para estimar o valor justo de seus principais instrumentos financeiros não derivativos, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES/FMM e outras instituições financeiras, e parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima do seu valor justo.

▪ **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme CPC 40/IFRS 7**

A Companhia apresenta a seguir demonstrações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário base projetado esperado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O cenário base projetado esperado como mais provável pela Administração foi obtido por meio de premissas disponíveis no mercado, conforme descrito a seguir: Dólar 5,50 (relatório Focus de 16 de janeiro de 2026), TJLP 9,07% a.a. (BNDES) e CDI 14,90% a.a. (BM&F).

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação deste cenário na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 seriam os seguintes:

Risco de taxa de câmbio	Risco	US\$	Consolidado	
			31.12.2025	Cenário Provável
				Base
Contas a receber de clientes	USD	2.221	12.219	(5)
Instrumento de hedge de fluxo de caixa	USD	39.764	218.797	(95)
Empréstimos e financiamentos	USD	(45.967)	(252.931)	110
Fornecedores	USD	(2.465)	(13.565)	6
Obrigações com arrendamento mercantil	USD	(21.672)	(119.247)	52
Exposição líquida				
Patrimônio líquido (reserva de hedge)				(95)
Resultado do exercício				(28)
	PTAX		5,50	5,50

Risco de taxa de juros	Risco		Consolidado	
			31.12.2025	Cenário Provável
				Base
Aplicações financeiras	CDI		7.303	1
Empréstimos, financiamentos e debêntures	TJLP		310.311	372
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI		333.004	(33)
Notas Comerciais	CDI		461.256	(46)
Swap	CDI		196.915	(20)
	TJLP		9,19%	9,07%
	CDI		14,89%	14,90%

25. INFORMAÇÕES PARA A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

▪ Transações não envolvendo caixa

Atividades de investimento	Consolidado		Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamento mercantil	212.197	83.942	85.203	55.074
Dividendos propostos de controladas compensados	-	24.874	-	24.874
Adições ao imobilizado em curso	204.761	97.537	46.690	4.927
	416.958	11.279	131.893	84.875

▪ Variações nos passivos resultantes das atividades de financiamento

	Consolidado				
	Capital Social	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.324.210	(124)	274.330	1.689.145	3.287.561
Alterações que afetam caixa					
Empréstimos captados	-	-	-	288.801	288.801
Emissão de debêntures	-	-	-	280.000	280.000
Custos na captação de debêntures	-	-	-	(2.751)	(2.751)
Operações de risco sacado	-	-	-	137.997	137.997
Financiamento de bunker e combustível	-	-	-	432.656	432.656
Amortização empréstimo, financiamentos, debêntures e notas comerciais	-	-	-	(1.202.079)	(1.202.079)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	-	-	-	(163.300)	(163.300)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(166.343)	-	(166.343)
Alterações que não afetam caixa					
Custos diretos de emissão de ações	-	124	-	-	124
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	-	20.514	236.394	256.908
Adições arrendamento mercantil e outros	-	-	212.197	-	212.197
Alterações que não afetam resultado					
Constituição de reserva de hedge	-	-	-	2.864	2.864
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.324.210	-	340.698	1.699.727	3.364.635

	Controladora					Total
	Capital Social	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	Mútuo com controladas	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.324.210	(124)	127.975	1.320.938	(107.118)	2.665.880
Alterações que afetam caixa						
Recebimento de mútuos concedidos	-	-	-	-	15.929	15.929
Emissão de debêntures	-	-	-	280.000	-	280.000
Custos na captação de debêntures	-	-	-	(2.751)	-	(2.751)
Operações de risco sacado	-	-	-	104.494	-	104.494
Financiamento de bunker e combustível	-	-	-	193.696	-	193.696
Amortização empréstimo, financiamentos, debêntures e notas comerciais	-	-	-	(697.959)	-	(697.959)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	-	-	-	(128.298)	-	(128.298)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(93.800)	-	-	(93.800)
Alterações que não afetam caixa						
Mútuos concedidos	-	124	-	-	-	124
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	-	5.838	191.116	(14.061)	182.893
Adições arrendamento mercantil e outros	-	-	85.203	-	-	85.203
Alterações que não afetam resultado						
Constituição de reserva de hedge	-	-	-	2.726	-	2.726
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.324.210	-	125.216	1.263.962	(105.250)	2.608.137

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil, visando cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

Segue resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025:

Consolidado			
Descrição	Valor Segurado	Prêmio de Seguro	Vigência
P&I (Protection and Indemnity) - danos ambientais	5.502.400		20/02/2025 a 20/02/2026
P&I (Protection and Indemnity) - danos a carga, objetos fixos e flutuantes	ilimitada		20/02/2025 a 20/02/2026
P&I Cobertura a Shipowners Liability (SOL)	41.268		20/02/2025 a 20/02/2026
P&I - FDD	55.024	9.566	20/02/2025 a 20/02/2026
P&I - Mercosul Line (VSA) TCL	1.161.006		20/02/2025 a 20/02/2026
P&I - Mercosul Line (VSA) FDD	55.024		20/02/2025 a 20/02/2026
P&I - Mercosul Line (VSA) SOL	27.512		20/02/2025 a 20/02/2026
P&I - Cobertura WAR	1.650.720		20/02/2025 a 20/02/2026
P&I Cobertura para containers	27.512	543	01/04/2025 a 31/03/2026
Cyber	25.000	277	13/04/2025 a 13/04/2026

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Cobertura de Cascos de máquinas: Navios Log-In Pantanal, Log-In Jacaranda, Log-In Jatoba, Log-In Resiliente, Log-In Polaris, Log-In Endurance, Log-In Discovery, Log-In Evolution e Log-In Experience	1.594.122	13.907	07/06/2025 a 07/12/2026
Cobertura de Lucros Cessantes TVV	137.560	1.663	28/11/2024 a 28/05/2026
Cobertura de Riscos Operacionais	275.120		28/11/2024 a 28/05/2026
Responsabilidade civil diretores e gestores	100.000	94	11/09/2025 a 11/09/2026
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico)	275.120		28/11/2024 a 28/05/2026
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico - Empregador)	27.512	1.462	28/11/2024 a 28/05/2026
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico - Danos Morais)	27.512		28/11/2024 a 28/05/2026
Cobertura Seguro de Transporte - RCTR-C (Limite de valor de carga por container)	10.000	54	31/07/2025 a 31/07/2026
Cobertura Seguro de Transporte - RCF-DC (Limite de valor de carga por container)	10.000		31/07/2025 a 31/07/2026
Cobertura Seguro de Transporte Nacional (Limite de valor de carga por container)	10.000	1.825	31/07/2025 a 31/07/2026
Seguro AUTO - Ambulância TVV	481	3	24/05/2025 a 24/05/2026
Seguro Garantia Locatícia Escritório RJ	613	42	22/03/2021 a 12/05/2030
Seguro Garantia Locatícia Escritório SP	1.119	13	06/10/2025 a 14/10/2030
Seguro Garantia Contratual TVV	61.637	973	31/12/2024 a 24/02/2031
Seguro Garantia Judicial	82.743	1.395	Diversos*
Seguro Garantia Recursal	2.984	55	Diversos**

* Diversas apólices onde a mais antiga tem vigência de 24/03/2021 a 24/03/2026 e a mais recente, 24/09/2025 a 24/09/2030

** Diversas apólices onde a mais antiga tem vigência de 21/01/2022 a 21/01/2027 e a mais recente, 03/12/2025 a 03/12/2030

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes relevantes que devem ser divulgados nestas demonstrações financeiras.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 11 de março de 2026.